UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES

ANAÍLE TERUMI MOURA

**Comunicação popular e opinião pública:
os movimentos de moradia no centro da Cidade de São Paulo**

SÃO PAULO
2017

ANAÍLE TERUMI MOURA

**Comunicação popular e opinião pública:
os movimentos de moradia no centro da Cidade de São Paulo**

Versão Corrigida

(Versão original disponível na Biblioteca da ECA-USP)

Dissertação apresentada à Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Ciências da Comunicação.

Área de Concentração: Interfaces Sociais da Comunicação.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Alberto de Farias.

SÃO PAULO

2017

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo
Dados fornecidos pela autora

Moura, Anaile Terumi

Comunicação popular e opinião pública: os movimentos de moradia no centro da Cidade de São Paulo / Anaile Terumi Moura. -- São Paulo: A. T. Moura, 2017.

110 p. + CD.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação - Escola de Comunicações e Artes / Universidade de São Paulo.

Orientador: Luiz Alberto de Farias

Bibliografia

1. comunicação popular 2. comunicação comunitária 3. movimentos sociais de moradia 4. opinião pública I. Farias, Luiz Alberto de II. Título.

CDD 21.ed. - 302.2

MOURA, A. T. Comunicação popular e opinião pública: os movimentos de moradia no centro da Cidade de São Paulo. Dissertação apresentada à Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Ciências da Comunicação.

Aprovado em: ____/____/2017

Banca Examinadora

Prof. Dr.: _____ Instituição: _____
Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr.: _____ Instituição: _____
Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr.: _____ Instituição: _____
Julgamento: _____ Assinatura: _____

AGRADECIMENTOS

À Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo e todos seus colaboradores e docentes por esses quase dez anos de estrada juntos.

Ao Prof. Dr. Luiz Alberto de Farias, pela orientação oferecida sempre com paciência, receptividade e compreensão e pela liberdade concedida na concepção desta dissertação.

À Prof. Dra. Valéria de Siqueira Castro Lopes e ao Prof. Dr. Juarez Tadeu de Paula Xavier, pelas valiosas contribuições apresentadas no exame de qualificação.

Aos professores doutores com quem tive o prazer de aprender nas disciplinas que cursei durante esses dois anos, Mariângela Haswani, Luiz Alberto de Farias, Lorena Barberia, Eduardo Marques e Paulo Nassar.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, que possibilitou a viabilização desta dissertação por meio do oferecimento de bolsa de estudos.

Às companheiras de monitoria PAE, Denise Pragana e Amanda Cabral, pela ajuda e cooperação em todos os momentos ao longo desses últimos semestres.

Aos líderes dos movimentos sociais que gentilmente concederam entrevistas e contribuíram imensamente para o enriquecimento desta pesquisa.

Aos amigos Ariana Lucas, Bruno Mano, Camila Teles, Daniel Barcelos, Eric Heibel, Erica Mano, Graziela Gemente, Mylena Maeda, Miyuk Shirakawa, Nathalia Matsumoto, Patrícia Libardi, Rodrigo Souza e Tatiana Jazra, pelo companheirismo de sempre.

À minha tia Edna Kagohara, pelas palavras de conforto e pela torcida ao longo desta etapa da minha vida.

À minha irmã, por todo o afeto e pela amizade.

Aos meus pais, por todas as oportunidades que me permitiram desfrutar e por todo o apoio oferecido em todos os momentos da minha vida, sem os quais não teria ido tão longe.

RESUMO

MOURA, A. T. **Comunicação popular e opinião pública**: os movimentos de moradia no centro da Cidade de São Paulo. 2017. 110 f. Dissertação (Mestrado) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

O presente trabalho buscou verificar o reflexo/impacto/influência da comunicação dos movimentos de moradia na formação da opinião pública paulistana sobre a causa da moradia no centro da Cidade de São Paulo. De modo secundário, objetivou-se identificar a opinião dos paulistanos com relação aos movimentos de moradia e às ocupações/invasões - principal ferramenta de ação direta desses movimentos; e verificar o alinhamento entre enunciador (movimentos populares de moradia) e enunciatário (população). Para tanto, a pesquisa empírica foi dividida em duas partes. A primeira pesquisa foi do tipo qualitativa, com coleta de dados primários, por meio de entrevista em profundidade, examinada a partir de um roteiro de análise dividido em categorias e subtópicos. Foram entrevistados pessoalmente quatro líderes de movimentos sociais e articuladoras da região central de São Paulo durante os meses de outubro e dezembro de 2016. Já a segunda pesquisa foi do tipo quantitativa, de natureza descritiva, cujo método adotado foi de *survey*, mais especificamente no formato de pesquisa de opinião, com coleta de dados primários. A amostra de 386 casos foi composta por habitantes da Cidade de São Paulo e seguiu dois tipos diferentes de métodos de coleta e técnicas amostrais, ambas não-probabilísticas em algum nível. Como resultados principais, obtivemos uma opinião pública desfavorável às ocupações e aos movimentos de moradia, de modo geral. Ainda, encontramos variáveis e relações entre variáveis que ajudam a explicar a opinião dos paulistanos. Além disso, identificamos uma comunicação ainda incipiente por parte dos movimentos de moradia, que acabou por se traduzir em uma baixa influência na formação da opinião pública.

Palavras-chave: comunicação popular; comunicação comunitária; movimentos sociais de moradia; opinião pública.

ABSTRACT

MOURA, A. T. **Popular communication and public opinion**: the social housing movements of downtown São Paulo. 110 f. Dissertação (Mestrado) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

This research paper sought to verify the reflex / impact / influence of the communication of the housing movements in the formation of the public opinion of the people of the city of São Paulo on the cause of housing in the center of the city. In a secondary way, the objective was to identify the opinion of the people of São Paulo with regard to housing movements and squatting / invasions - the main direct action tool of these movements; And verify the alignment between enunciator (popular housing movements) and enunciate (population). For that, the empirical research was divided in two parts. In the first part, the research was qualitative, with primary data collection through an in-depth interview, examined using an analysis method divided into categories and subtopics. Four leaders of social movements and articulators from the central region of São Paulo were personally interviewed during the months of October and December of 2016. In the second part, a quantitative and descriptive survey including opinion research and primary data collection was conducted. The sample of 386 cases was composed of inhabitants of the City of São Paulo and followed two different types of collection methods and sampling techniques, both non-probabilistic at some level. As a result, we observed an unfavorable public opinion to squatting and the housing movements. Still, we find variables and relationships between variables that help explain the opinion of the people of São Paulo. In addition, we identified that the communication is still incipient on the part of the housing movements, which ended up translating into a low influence on the formation of public opinion.

Keywords: popular communication; community communication; social housing movements; public opinion.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
 2 A COMUNICAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NO ÂMBITO DA COMUNICAÇÃO PÚBLICA.....	 12
2.1 Comunicação pública	12
<u>2.1.1 Interesse público e esfera pública</u>	<u>16</u>
2.2 Da comunicação organizacional para a comunicação comunitária	17
<u>2.2.1 Comunicação comunitária: do processo de visibilidade à vinculação dos públicos</u>	<u>20</u>
<u>2.2.2 Relações públicas comunitárias</u>	<u>24</u>
 3 MOVIMENTOS SOCIAIS E A QUESTÃO DA MORADIA	 26
3.1 A questão da moradia	26
<u>3.1.1 República Velha: a habitação como questão urbana</u>	<u>27</u>
<u>3.1.2 Era Vargas e populismo: a habitação como questão social</u>	<u>30</u>
<u>3.1.3 Ditadura civil e militar e período de redemocratização</u>	<u>34</u>
<u>3.1.4 O final do século XX até os dias atuais</u>	<u>38</u>
3.2 A disputa pelas mensagens	41
<u>3.2.1 Invasão <i>versus</i> ocupação.....</u>	<u>43</u>
 4 OPINIÃO PÚBLICA	 46
4.1 Breve histórico	46
4.2 Abordagens e definições.....	48
 5 OS MOVIMENTOS SOCIAIS E A COMUNICAÇÃO	 52
5.1 Descrição da metodologia de pesquisa	52
<u>5.1.1 Problema</u>	<u>52</u>
<u>5.1.2 Objetivos</u>	<u>53</u>
<u>5.1.3 Tipo de pesquisa</u>	<u>53</u>
<u>5.1.4 Amostra</u>	<u>54</u>
<u>5.1.5 Técnica e instrumento de coleta de dados</u>	<u>56</u>

5.2 Análise e interpretação dos dados	58
<u>5.2.1 Comunicação: características gerais</u>	<u>59</u>
<u>5.2.2 Objetivos, estratégias e opinião pública</u>	<u>62</u>
<u>5.2.3 Formulação de políticas públicas</u>	<u>66</u>
5.3 Considerações sobre a análise	67
<u>5.3.1 Comunicação: características gerais</u>	<u>69</u>
<u>5.3.2 Objetivos, estratégias e opinião pública</u>	<u>69</u>
<u>5.3.3 Formulação de políticas públicas</u>	<u>70</u>
6 PESQUISA DE OPINIÃO PÚBLICA	71
6.1 Descrição da metodologia de pesquisa	71
<u>6.1.1 Objetivos</u>	<u>71</u>
<u>6.1.2 Tipo de pesquisa</u>	<u>72</u>
<u>6.1.3 Hipóteses de pesquisa</u>	<u>74</u>
<u>6.1.4 Método de coleta de dados</u>	<u>75</u>
<u>6.1.5 Amostra</u>	<u>76</u>
<u>6.1.6 Elaboração do formulário da pesquisa</u>	<u>77</u>
6.2 Pesquisa de campo	78
<u>6.2.1 Características e período de realização</u>	<u>78</u>
<u>6.2.2 Tabulação dos dados</u>	<u>78</u>
6.3 Resultados e análise dos dados	78
<u>6.3.1 Perfil dos respondentes</u>	<u>79</u>
<u>6.3.2 Resultados das questões do formulário de pesquisa</u>	<u>81</u>
<u>6.3.3 Relações entre variáveis</u>	<u>89</u>
6.4 Considerações sobre a análise	94
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	96
REFERÊNCIAS	99
ANEXOS	106

1 INTRODUÇÃO

A cidade aparece atualmente como um dos mais importantes espaços de debates e enfrentamentos, seja do ponto de vista urbanístico, político, sociológico ou mesmo comunicacional. Em muitos casos, essas disputas envolvem objetos interdisciplinares, como é o caso da moradia.

A questão da moradia ocorre em meio a uma disputa de lugares e representações. Dela fazem parte diferentes atores, que tentam mobilizar as mensagens e representações em seu favor, mediando, assim, a formação da opinião pública com vistas à apropriação da cidade. Desse contexto surge nosso interesse sobre um grupo particularmente relevante nessa disputa, em função do papel elementar que assume na construção de uma cidade mais democrática: os movimentos sociais. Sobretudo, o trabalho reflete sobre a comunicação realizada pelos movimentos sociais de moradia no centro da Cidade de São Paulo e seu reflexo na esfera pública a partir do fenômeno da opinião pública.

Partimos da premissa de que existe uma grave crise de habitação no Brasil, que se inicia ainda no período da República Velha (1889-1930) e que se agudiza ao longo do tempo. A literatura da área aponta inicialmente para as condições de exploração do trabalho e para o processo de espoliação urbana como causas desse problema. No entanto, nos dias de hoje, outros fenômenos são ainda mais determinantes para entendermos essa crise, dentre os quais destaca-se o processo de financeirização que tomou as cidades a partir do final do século XX. Tal processo não só agravou a política urbana, deixando a provisão de moradia e a ocupação territorial a cargo dos capitais privados do urbano, como também foi decisivo para a produção de comunicação da cidade.

Nesse contexto, o poder do mercado financeiro sobre a definição da legislação e das políticas públicas, apoiado pelas mídias corporativas no plano da produção de comunicação, aparece como uma das principais motivações para a atuação dos movimentos de moradia. Trata-se de uma disputa marcada por tensões, tanto na questão do território quanto na da produção simbólica, que repercute nas estratégias de ação dos movimentos, especificamente, na utilização das ocupações/invasões, enquanto fenômenos de caráter performático e midiático.

No centro antigo da Cidade de São Paulo essa disputa é explícita. Os interesses de todas as partes são claros. Para os capitais financeiros, da incorporação imobiliária, construção civil e proprietários de terra/imóvel, trata-se do grande potencial de valorização da área. Para o Estado e o governo, uma possibilidade de restabelecer o centro, além de se obter ganhos financeiros, políticos e eleitorais. Para os movimentos populares de moradia, configura-se na única chance dos pobres de conseguirem morar em um lugar bem equipado, desafiando os demais atores do urbano de excluí-la, tanto do ponto de vista territorial quanto simbólico.

Assim, as contradições e disputas estão dadas, cabe então a esses atores disputarem no território da produção de comunicação as mensagens que dominarão a cena pública.

O problema de pesquisa que se apresenta, portanto, é a dificuldade dos movimentos populares em se comunicar com a sociedade, em vista da difícil competição com as mídias corporativas na produção de comunicação da cidade, já tradicionalmente bastante conservadora nesse aspecto. Desse modo, o objetivo geral deste trabalho é verificar o reflexo/impacto/influência da comunicação dos movimentos de moradia na formação da opinião pública paulistana sobre a causa da moradia no centro da Cidade de São Paulo. Entendemos que, com as pesquisas empíricas, poderemos observar a comunicação posta em prática pelos movimentos sociais, sobretudo por meio de seu principal recurso para chamar a atenção para suas reivindicações: as ocupações/invasões de imóveis e prédios. Ainda, será possível examinar as percepções de suas lideranças e verificar o que pensam os paulistanos sobre o tema.

O objetivo geral desdobra-se, então, em dois objetivos específicos: identificar a opinião dos paulistanos com relação aos movimentos de moradia e às ocupações/invasões - principal ferramenta de ação direta desses movimentos; e verificar o alinhamento entre enunciador (movimentos populares de moradia) e enunciatário (população).

Os objetivos específicos são abordados por meio das seguintes questões de pesquisa do estudo: até que ponto existe interlocução entre os movimentos populares e o saber dessas demandas?; em outros termos, o paulistano conhece esses movimentos ou baseia-se puramente em estereótipos?; como se organizam os movimentos de moradia do centro de São Paulo em termos de comunicação?; existem

objetivos específicos por parte dos movimentos com relação à construção de uma opinião pública favorável?; existe algum tipo de estigmatização sobre esses movimentos sociais?

Primeiramente, o trabalho aborda a comunicação pública como o processo onde o debate público se dá (DUARTE, 2011; HASWANI, 2010; KUNSCH, 2013; LÓPEZ, 2003; MATOS, 2007; NOVELLI, 2006; OLIVEIRA, 2004; ROLANDO, 2011; ZÉMOR, 2009), já que a questão levantada está fundamentada no interesse público. Trata ainda da comunicação comunitária e sua vertente da comunicação de mobilização social, promovendo uma reflexão sobre como opera a comunicação realizada por esses movimentos (HENRIQUES, 2007; HENRIQUES et al., 2013; HENRIQUES, BRAGA, MAFRA, 2013; KUNSCH, 2007; PERUZZO, 2009a, 2009b, 2006; TORO, WERNECK, 1996).

Em segundo lugar, o estudo traz como pano de fundo o histórico da questão da habitação no Brasil, articulada com a história dos movimentos sociais, pontuando os principais deslocamentos ocorridos acerca do tema no período (BONDUKI, 1994a, 1994b; GOHN, 1991; KOWARICK, BONDUKI, 1994; MARICATO, 2015; ROLNIK, 1994, 2009, 2015; TATAGIBA, 2011). Identificamos as principais narrativas mobilizadas pelos capitais urbanos, por meio das mídias corporativas, bem como as mensagens transmitidas pelos movimentos sociais, sobretudo na disputa entre os conceitos de invasão e ocupação (BARBOSA, 2014; CHAUÍ, 1994; DOWNING, 2002; KOVACH, ROSENSTIEL, 2003; WACQUANT, 2007; WAINER, 2010).

Em seguida, o trabalho traz um levantamento de algumas das principais abordagens da opinião pública (BLUMER, 1977; BOURDIEU, 1973; CHAMPAGNE, 1998; CHILDS, 1964; FIGUEIREDO, CERVellini, 1995; LIPPMANN, 2008; MATOS, 2014; TARDE, 2005), por meio do qual buscaremos posicionar nossa visão sobre o conceito.

Finalmente, os últimos capítulos tratam da descrição das pesquisas do ponto de vista metodológico e da apresentação e discussão de seus resultados. Por meio deles, poderá ser conhecido o impacto da comunicação dos movimentos sociais sobre a formação da opinião pública paulistana.

2 A COMUNICAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NO ÂMBITO DA COMUNICAÇÃO PÚBLICA

Nesse capítulo, buscaremos refletir sobre a comunicação realizada pelos movimentos populares no que diz respeito às estratégias e processos comunicativos adotados por eles, especialmente no que concerne sua busca pela visibilidade e pela geração de vínculos com seus públicos. Ainda, contemplaremos esses atores da perspectiva da comunicação pública, ou seja, enquanto participantes do debate público em meio à esfera pública.

2.1 Comunicação pública

No quadro da produção acadêmica do Brasil, o campo da comunicação pública tem se desenvolvido de forma consistente nos últimos anos, acumulando um conhecimento respeitável sobre o assunto. A definição do conceito de comunicação pública, no entanto, ainda é objeto de discordâncias entre os pesquisadores. Admita-se que esse é um conceito ainda em construção.

A comunicação pública configura um conceito complexo que permite extrair múltiplas abordagens teóricas e reflexões sobre sua prática nas diferentes perspectivas do campo comunicacional. Ela implica várias vertentes e significações, podendo-se entendê-la, basicamente, segundo estas quatro concepções básicas: comunicação estatal; comunicação da sociedade civil organizada que atua na esfera pública em defesa da coletividade; comunicação institucional dos órgãos públicos, para promoção de imagem, dos serviços e das realizações do governo; e comunicação política, com foco mais nos partidos políticos e nas eleições (KUNSCH, 2013, p. 6).

Tendo em vista essas diferentes abordagens possíveis para o conceito, reunimos adiante algumas das principais reflexões sobre o tema. Busca-se, com isso, estabelecer as bases do conceito de comunicação pública, bem como suas dimensões.

Assim, a primeira concepção selecionada vem de um dos teóricos referência na área, o francês Pierre Zémor (2005), cuja obra “La Communication Publique” fundamentou praticamente toda a produção nacional. Segundo o autor, a

comunicação pública é aquela que se legitima por meio do interesse geral. Nas palavras dele,

[...] a comunicação pública assume diferentes formas ligadas às missões das instituições públicas. Ela é encarregada de tornar a informação disponível ao público, de estabelecer a relação e o diálogo capazes de tornar um serviço desejável e preciso, de apresentar os serviços oferecidos pela administração, pelas coletividades territoriais e pelos estabelecimentos públicos, de tornar as próprias instituições conhecidas, enfim, de conduzir campanhas de informação e ações de comunicação de interesse geral. A esses registros, soma-se aquele de natureza mais política, ou seja, da comunicação do debate público que acompanha os processos decisórios (ZÉMOR, 2009, p. 214).

Outro autor bastante reconhecido e citado entre pesquisadores brasileiros nos últimos anos é Juan Jaramillo López (2003). Assim como Zémor, López entende que a comunicação pública está fundamentada na ideia do interesse público.

Na essência dessa ideia da comunicação pública está a certeza de que a comunicação é um bem público e que a informação é outro bem público, e que é precisamente a apropriação desde o interesse individual desses bens públicos o que há de se desenrolar. Quando se entende essa natureza coletiva pública da comunicação e deixa-se de obedecer a um propósito particular, muda a intenção, se comunica com outra intenção, com uma intenção coletiva e isso obriga a replanejar todos os papéis, olhando-se de outro modo o papel que cumprem os sujeitos que interatuam na comunicação coletiva. E esse comunicar coletivo em função de um interesse coletivo é o que leva à mobilização (LÓPEZ, 2003, tradução nossa).

No contexto nacional, destacamos Ana Lucia Novelli (2006, p. 77), que entende a comunicação pública como “aquela comunicação praticada pelos órgãos responsáveis pela administração pública”. Tal como Zémor, Novelli vê a comunicação pública como um instrumento de relacionamento das instituições públicas. Para a autora, cabe à comunicação pública

extrapolar a esfera da divulgação de informações do governo e da assessoria de imprensa como mecanismo de autopromoção dos governantes e de suas ações para colocar-se como instrumento facilitador do relacionamento entre cidadão e Estado (Ibid., p. 77).

Da perspectiva da comunicação pública pelo viés do Estado, Mariângela Haswani (2010), em sua tese de doutorado, trata da comunicação pública estatal como uma garantia de direitos constitucionais, por meio de modelos de comunicação pública de pesquisadores italianos, referências internacionais no campo. Dentre esses pesquisadores estudados por Haswani, destacamos a definição de Franca Faccioli (apud HASWANI, 2010, p. 125), que sustenta que

[...] a comunicação pública é aquela destinada ao cidadão em sua veste de coletividade e conota-se, em primeira instância, como “comunicação de serviço” que o Estado – nas suas articulações funcionais e territoriais – ativa, com o objetivo de garantir a implementação do direito à informação, à transparência, ao acesso e à participação na definição das políticas públicas e, assim, com a finalidade de realizar uma ampliação dos espaços de democracia.

Embora fique clara a centralidade do Estado nessa definição, em última análise, seu foco é a garantia da participação de diferentes atores na gestão das questões de interesse público. Nesta perspectiva, dois atores são determinantes: as associações civis e o sistema midiático (FACCIOLI apud HASWANI, 2010). Enquanto as associações civis ocupam o espaço do diálogo com os cidadãos, atuando como interlocutores com os quais o Estado deve interagir, o sistema midiático aparece como uma das fontes de informação de serviço e o lugar da representação na arena pública.

Outro autor bastante explorado por Haswani em sua tese de doutorado é Stefano Rolando (apud HASWANI, 2010), que enxerga a questão sob o prisma da comunicação de utilidade pública, realizada no domínio das relações entre as instituições do Estado e os cidadãos. Estendendo o território da “comunicação de utilidade pública” para outras fontes além do Estado, Rolando (2011) propõe uma classificação que contempla: a comunicação política (partidos e movimentos na luta pelo consenso); a comunicação institucional (entidades públicas e administração pública); a comunicação social (sujeitos públicos, associativos e privados) e a comunicação de empresa, quando voltada para o desenvolvimento e o crescimento.

[...] a comunicação pública *não apenas como a instrumentação do poder*, mas, sobretudo, como o território em que muitos sujeitos (mesmo se confrontando) buscam interesses legítimos e usam a informação e a comunicação não tanto para vender algo, mas para apresentar sua identidade, sua visão e seus objetivos (Ibid., p. 26, grifo do autor).

Seguindo essa linha da comunicação pública para além do Estado, Jorge Duarte e Luciara Veras (apud MATOS, 2007, p. 49) destacam as definições de duas das principais autoras do campo da comunicação pública no Brasil, Heloiza Matos e Elizabeth Brandão.

MATOS define Comunicação Pública como “processo de comunicação instaurado em uma esfera pública que engloba Estado, governo e sociedade, um espaço de debate, negociação e tomada de decisões relativas à vida pública no país”. A autora relaciona Comunicação Pública com democracia e cidadania e pensa a comunicação pública “como um campo de negociação pública, onde medidas de interesse coletivo são debatidas e encontram uma decisão democraticamente legítima”. Na mesma direção, BRANDÃO define Comunicação Pública como “o processo de comunicação que se instaura na esfera pública entre o Estado, o Governo e a Sociedade e que se propõe a ser um espaço privilegiado de negociação entre os interesses das diversas instâncias de poder constitutivas da vida pública no país”.

Ambas entendem a comunicação pública como um processo que se dá em meio aos diferentes fluxos de informação e na interação entre governo e suas instituições com outros atores, estabelecendo um espaço para o debate.

Suas acepções convergem com a definição oferecida por Jorge Duarte (2011), que entende que a comunicação pública se refere à interação e ao fluxo de informações ligadas a questões de interesse coletivo. De acordo com o autor,

O campo da comunicação pública inclui tudo o que está relacionado ao aparato estatal, às ações governamentais, a partidos políticos, ao Legislativo, ao Judiciário, ao terceiro setor, às instituições representativas, ao cidadão individualmente e, em certas circunstâncias, às ações privadas [...] (Ibid., p. 126).

A comunicação pública é, portanto, composta por todos os atores que participam e interagem a respeito de assuntos de interesse público. Novamente conforme Duarte, a comunicação pública “ocupa-se da viabilização do direito social individual e coletivo à informação, à expressão, ao diálogo e à participação” (Ibid., p. 126).

Outra pesquisadora que compartilha desses entendimentos é Maria José da Costa Oliveira (2004). Para a autora (2004, p. 187), comunicação pública “é um conceito mais amplo, envolvendo toda a comunicação de interesse público, praticada

não só por governos, mas também por empresas, Terceiro Setor e sociedade em geral”.

2.1.1 Interesse público e esfera pública

A comunicação pública pode se dar de diferentes formas, mas seu fio condutor permanece sempre o mesmo: o interesse público. Embora seja citado de forma recorrente na literatura da área, seu significado nem sempre é claro. Além disso, com frequência a expressão aparece como sinônimo de outros termos, como “bem comum” ou “bem-estar coletivo”, ambos contestados em função de seu caráter idealista. Assim, busca-se nesse curto espaço esclarecer a ideia de interesse público e introduzir um segundo conceito também já incorporado nas principais definições de comunicação pública: a esfera pública.

Do campo da Comunicação Pública, um dos primeiros autores a tentar elucidar o termo foi Pierre Zémor, que entendia o interesse geral como ‘o resultado de compromissos entre indivíduos e grupos da sociedade unidos por um “contrato social”, num quadro em que se inscrevem leis, regulamentos, jurisprudências e hábitos’ (apud KOÇOUSKI, 2013, p. 43).

Outro autor da área de Comunicação a oferecer suas contribuições para o avanço do conceito foi Harwood Childs (1964). Com base no que via do cenário estadunidense da metade do século XX e influenciado pelo *boom* das pesquisas de opinião, o autor concebia o interesse público como aquilo que a opinião da massa ditava. A opinião da massa, por sua vez, correspondia às opiniões coletivas do povo considerado como um todo. O autor estabelecia então a conexão entre interesse público e opinião pública, na qual a opinião das massas servia como um guia para a definição do interesse público.

Contrariamente, o jurista brasileiro Celso Antônio Bandeira de Mello (2001) entende o interesse público como o interesse do todo, do conjunto social, que não pode ser confundido com a ideia da somatória de interesses individuais. O autor admite, no entanto, que o interesse público é a dimensão pública desses interesses individuais.

Já no campo da Ciência Política, Norberto Bobbio (2004) entende que o interesse público está ligado ao máximo bem que os sujeitos podem oferecer, o qual corresponde ao efeito da contribuição que cada um juntamente com os demais dá solidariamente ao bem comum segundo as regras que a comunidade toda segue. Assim como para Zémor, as regras que regem a vida em sociedade são um elemento fundamental na definição de Bobbio, uma vez que são elas que determinam o que pode e o que não pode ser considerado interesse público. Tal elemento, como veremos no capítulo 3, será fundamental para demonstrarmos os principais pontos de divergência na relação ocupação *versus* invasão.

A esfera pública, por sua vez, é o lugar onde os temas de interesse público são debatidos. De acordo com Jürgen Habermas (1984), a esfera pública pode ser entendida, resumidamente, como uma esfera em que indivíduos privados se reúnem para tratar de questões de interesse público de forma crítica.

Trazendo essa concepção de Habermas para o contexto da comunicação pública, Matos (2007, p. 52) define a esfera pública como um “conjunto de espaços físicos e imateriais em que os agentes sociais podem efetivar sua participação no processo da comunicação pública”. Para maximizar essa participação, o desafio da comunicação pública seria então “implementar vias materiais e imateriais de trocas de informação que sejam, ao mesmo tempo, acessíveis, amigáveis e universais” (Ibid., p. 52-53).

2.2 Da comunicação organizacional para a comunicação comunitária

A sociedade contemporânea, em suas dimensões local, nacional e mundial, é composta e sustentada por uma rede de entidades, organizadas com o objetivo de atender as mais diversas necessidades humanas, comumente denominadas de organizações (NASSAR, 2009). Apesar de apresentarem inúmeras diferenças entre si, como cultura, identidade, valores, formatos jurídicos, estrutura etc, todas comungam de uma mesma necessidade: comunicar-se com seus públicos e a sociedade. Do aspecto formal dessa necessidade nasce então a Comunicação Organizacional.

Com início na década de 1940 nos Estados Unidos, os estudos de Comunicação Organizacional surgiram no Brasil somente no final da década de 1970, com a publicação dos Cadernos de Comunicação Proal (1977). Já na década de 1980, o campo passa a se expandir com o aparecimento de novos autores, com destaque para Margarida Kunsch (1986), responsável por estabelecer uma abordagem que se consolidaria como uma das principais da academia no contexto nacional até hoje no campo da comunicação organizacional: a comunicação integrada. A comunicação integrada nasceu da necessidade de se desenvolver atividades de comunicação de forma conjugada, além de serviços mais completos. Anos mais tarde, a autora viria a explorar melhor essa ideia do *mix* da comunicação, fornecendo uma base teórica ainda mais aprofundada. Para ela, a comunicação organizacional trata-se de um

[...] fenômeno comunicacional do agrupamento de pessoas que integram uma organização e a ela se ligam em torno de uma cultura e de objetivos comuns. Busca compreender todo o sistema, funcionamento, processos, fluxos, redes, barreiras, meios, instrumentos, níveis de recepção da comunicação que é gerada no dia a dia da vida organizacional e as implicações que estão imersas nesse contexto. Analisa ainda as manifestações e expressões discursivas que se configuram nas diferentes modalidades comunicacionais para se relacionar com os agentes ou grupos internos e externos da organização, isto é, os públicos, a opinião pública e a sociedade, por meio da Comunicação Administrativa, Comunicação Interna, Comunicação Institucional e Comunicação Mercadológica. Todo esse conjunto forma o *mix* do que chamo de Comunicação Organizacional Integrada (KUNSCH, 2009, p. 113).

Diante dessa perspectiva abrangente, a comunicação organizacional passa a ter um papel estratégico dentro das organizações, contribuindo para o “cumprimento de sua missão, na consecução dos objetivos globais, na fixação pública dos seus valores e nas ações para atingir seu ideário de visão no contexto de uma visão de mundo, sob a égide dos princípios éticos” (Ibid., p. 115).

Embora seja abordada normalmente do ponto de vista das organizações privadas, Kunsch (2013, p. 8) defende que a comunicação organizacional é essencial para qualquer tipo de organização.

Ao me referir a uma “comunicação organizacional”, considero primeiro que ela abrange todos os tipos de organizações – públicas, privadas ou do terceiro setor. Ela lida com tudo que está implicado no contexto comunicacional das organizações: redes, fluxos, processos etc. Então, há que se entender a comunicação organizacional, sobretudo, como parte

integrante na natureza das organizações. Trata-se de um fenômeno que acontece dentro das organizações e pode ser estudado de diversas maneiras.

Na mesma linha, Paulo Nassar (2009) afirma que tanto empresas, caracterizadas como organizações lucrativas, quanto instituições, definidas como organizações não-lucrativas, têm na comunicação um processo fundamental para o estabelecimento de relacionamentos da organização com seus mais diversos públicos, redes de relacionamento e sociedade.

No entanto, como já sustentava Cicília Peruzzo (apud KUNSCH, 2007) na década de 1980, a simples transferência de fundamentos e técnicas da comunicação organizacional do setor privado para o âmbito das organizações não-lucrativas seria inadequada, tendo em vista as inúmeras diferenças e particularidades desses tipos de organização. Desse modo, o que se defendia era a apropriação da comunicação organizacional pelas organizações não-lucrativas mediante a criação de novos fundamentos e novas práticas, concebidos de uma perspectiva comunitária (PERUZZO, 2009a).

Surge assim, dos esforços de um segmento das Relações Públicas na década de 1980 e posteriormente do Jornalismo, o conceito de Comunicação Comunitária ou Popular. Segundo Peruzzo (2006, p. 4), no início, ela se caracterizou como

[...] expressão das lutas populares por melhores condições de vida que ocorrem a partir dos movimentos populares e representam um espaço para participação democrática do “povo”. Possui conteúdo crítico-emancipador e reivindicativo e tem o “povo” como protagonista principal, o que a torna um processo democrático e educativo. É um instrumento político das classes subalternas para externar sua concepção de mundo, seu anseio e compromisso na construção de uma sociedade igualitária e socialmente justa.

Atualmente, esse caráter mais combativo foi cedendo espaço para discursos e experiências mais plurais. Além disso, novas técnicas e tecnologias da comunicação foram incorporadas. Assim, as formas de comunicação popular foram expandidas, extrapolando aquela dos movimentos populares, ainda que estes permaneçam como um dos mais proeminentes.

2.2.1 Comunicação comunitária: do processo de visibilidade à vinculação dos públicos

Para Peruzzo (2009a), a comunicação comunitária divide-se em dois níveis: (i) a comunicação mobilizadora, voltada para os públicos beneficiários ou sujeitos da ação, na qual se dão as atividades concretas de promoção da cidadania e (ii) a comunicação institucional, voltada para os demais públicos e a sociedade, que envolve a reputação e a imagem que se quer construir ou manter. Segundo a autora, ainda que se configurem como dois campos diferentes, existe uma correspondência entre eles.

No primeiro nível são desenvolvidos os processos interativos grupais, interpessoais e os materiais didático-pedagógicos (vídeo, programa de rádio, campanha educativa, contato face a face, jornalzinho, faixa, cartaz, blog etc.), necessários para as relações educacionais com o público beneficiário e, em última instância, para a mudança social.

Apesar de desenvolvida por meio de lideranças e organizações coletivas, a comunicação mobilizadora deve ser voltada para “o protagonismo cidadão em todo o processo de planejamento, produção e difusão de conteúdos” (PERUZZO, 2009b, p. 419). Nesse nível, a ideia é promover o envolvimento ativo das pessoas em todo o processo.

Já no segundo nível ocorre a comunicação institucional propriamente dita, com a criação de canais próprios de comunicação (carta, folheto, abaixo-assinado, documentário, *site*, relatório, projeto, *release* etc.) para a organização “se apresentar à sociedade, externar sua visão sobre acontecimentos, disseminar informações ou apresentar reivindicações e prestar contas à sociedade” (PERUZZO, 2009a, p. 9).

De acordo com Márcio Simeone Henriques (2007), esse nível está relacionado às chances que os movimentos têm de transformar as questões relativas à sua causa na agenda pública. Sob o prisma da comunicação pública, é nesse nível que os movimentos sociais encontram a possibilidade de se elevarem à condição de participantes do debate na esfera pública enquanto instituições.

[...] a publicidade das ações de um movimento não é, portanto, fator relacionado apenas a uma necessidade de divulgação para a eventual conquista de novos participantes, e não se limita a uma exposição dos

fenômenos de forma socialmente acessível. É também condição para que possam posicionar-se na cena pública como portadores de legitimidade na defesa de uma causa que seja potencialmente justa e de interesse público, e compor identidades por meio das quais possam ser publicamente reconhecidos (HENRIQUES, 2007, p. 99).

Os *media* emergem então nesse cenário das reivindicações transformando a

[...] maneira como os movimentos se apresentam, em decorrência das novas possibilidades de transmissão de informações, imagens e conhecimentos e de uma outra postura dos profissionais da Comunicação frente ao desenvolvimento comunitário (HENRIQUES et al., 2013, p. 18).

As lutas por reconhecimento transformam-se em lutas por visibilidade. Fazer-se ver e ouvir torna-se essencial em meio às turbulências políticas do mundo moderno. Assim, a busca pela visibilidade passa a orientar a comunicação institucional desses movimentos em função da necessidade de que suas reivindicações obtenham um reconhecimento público e mobilizem os outros atores partícipes da esfera pública (HENRIQUES et al., 2013). Não só isso, por meio da visibilidade busca-se também a conquista do espaço político na formação do imaginário cultural coletivo e a disputa pela sua hegemonia (PERUZZO, 2009a).

Naturalmente, a grande mídia aparece como um espaço privilegiado para o alcance dessas demandas de visibilidade, uma vez que amplia o poder de convocação e exposição dos movimentos sociais junto à opinião pública. No entanto, nem sempre ela é a ideal.

Henriques (2013), em seu livro “Comunicação e Estratégias de Mobilização Social”, apresenta uma abordagem da comunicação mobilizadora sob um ângulo diferente daquele proposto por Peruzzo (2009a): em vez de voltada apenas para o público beneficiário, a comunicação mobilizadora contemplaria diversos públicos, definidos de acordo com a força dos vínculos com a causa a ser defendida. Assim, para o autor, a principal função da comunicação em um projeto de mobilização social é a geração e manutenção de vínculos a longo prazo, uma vez que seu poder deriva da força dos vínculos mantidos com a sociedade civil (TATAGIBA, 2011). Dentro dessa abordagem, a visibilidade alcançada na grande mídia não seria então compatível com tal função da comunicação, já que ela “tende a ser efêmera e não se

presta para a geração de vínculos a longo prazo” (HENRIQUES; BRAGA; MAFRA, 2013, p. 48).

Similarmente, José Bernardo Toro e Nisia Maria Werneck (1996) observam que a comunicação massiva não implica necessariamente em efetividade quando se trata da comunicação de mobilização social. Pelo contrário, os autores afirmam que quanto maior a cobertura, menor a efetividade. Assim, propõem uma combinação de três diferentes tipos de comunicação na busca por abranger todas as necessidades comunicativas de um projeto de mobilização: a pessoal, a macrointencional e a massiva.

A comunicação pessoal seria responsável por garantir uma efetividade maior no dia a dia, conduzindo informações, estabelecendo uma comunicação orientada e frequente com um público identificado por meio da interação face a face (HENRIQUES et al., 2013). Já a comunicação macrointencional, dirigida e segmentada por meio de redes de comunicação direta e apoiada pelos meios de comunicação de massa, funcionaria no sentido de atualizar os reeditores¹ de um projeto, proporcionando uma congruência nas ações e estratégias do movimento em função de um propósito coletivo (TORO; WERNECK, 1996). Finalmente, a comunicação de massa seria essencial para a difusão de informações e da causa, contanto que seu papel fosse bem determinado.

A escolha do tipo de comunicação dependeria, portanto, do objetivo traçado de acordo com os públicos. Desse modo, seguindo esse modelo de Toro e Werneck, Henriques, Braga e Mafra (2013) propõem que os públicos sejam examinados mediante dois fatores: o grau de informação e a incorporação de valores. Para o primeiro fator, estaria em jogo a adesão das pessoas e grupos a partir da oferta de informações suficientes sobre a causa e sobre o próprio movimento. Já o segundo fator seria decisivo para a construção de vínculos mais sólidos com os movimentos, capazes de elevar indivíduos, grupos ou instituições ao nível da ação. Assim, enquanto para o primeiro caberia a lógica da comunicação massiva, para o segundo valeriam a comunicação pessoal e macrointencional, ideais para se promover uma proximidade maior entre os indivíduos e criar vínculos mais fortes e duradouros.

¹ Termo cunhado por Juan Camilo Jaramillo (apud TORO; WERNECK, 1996), caracteriza um indivíduo que, por seu papel social, ocupação ou trabalho tem a capacidade de reajustar mensagens, segundo circunstâncias e propósitos, com credibilidade para tal.

Sobre esse segundo fator, Henriques et al. (2013) defendem que a vinculação ideal dos públicos com um projeto de mobilização social encontra-se no nível da corresponsabilidade. Ele deve permitir “o desencadeamento de ações concretas de cooperação e colaboração, onde os cidadãos se sintam efetivamente envolvidos no problema que se quer resolver e compartilhem a responsabilidade pela sua solução” (Ibid., p. 21). A comunicação deve ser planejada, então, com o intuito de fomentar a participação.

Além disso, ela deve ser condizente com uma proposta ética, capaz de gerar e manter canais desobstruídos para com seus públicos, fundamentais para o estabelecimento e a manutenção dos vínculos fortes entre o projeto e seus públicos (HENRIQUES et al., 2013). Para tanto, no processo de mobilização social, a comunicação deve ser entendida como uma coordenação de ações e não como um instrumento de controle das ações (HENRIQUES; BRAGA; MAFRA, 2013).

Segundo essa proposta ética, a comunicação deve ser dialógica, libertadora e educativa, características intrinsecamente relacionadas. Dialógica “na medida em que não é a transferência do saber, mas um encontro de sujeitos interlocutores” (HENRIQUES et al., 2013, p. 25); libertadora quando realizada por meio da reflexão e da ação dos sujeitos em conjunto e não na doação de uma liderança, por mais bem-intencionada que seja (FREIRE, 1987); educativa ao gerar referências para a ação e para a mudança de atitudes e mentalidades (HENRIQUES et al., 2013).

Assim, para o cumprimento dessa função de geração e manutenção dos vínculos com os públicos, é necessário que outras funções estejam integradas e alinhadas, como a difusão de informações, a promoção da coletivização, o registro da memória e o fornecimento de elementos simbólicos materiais e imateriais de identificação com a causa e o projeto, essenciais para a criação de uma identidade que caracterize e oriente o movimento (HENRIQUES et al., 2013).

É essencial, portanto, a realização de um planejamento de comunicação que dê conta de coordenar todas essas funções e dimensões da comunicação comunitária, especialmente no que diz respeito à busca pela visibilidade e vinculação de públicos, haja vista a importância desses dois aspectos para a viabilização de uma imagem positiva dos movimentos no contexto da comunicação pública.

2.2.2 Relações públicas comunitárias

A figura do profissional de comunicação, mais especificamente o profissional das relações públicas, aparece como peça fundamental para o desenvolvimento da Comunicação Comunitária, uma vez que ele é o responsável pelo planejamento estratégico da comunicação. Sua visão de conjunto é um diferencial em relação às demais áreas, já que por sua natureza ampla comporta diversos tipos de atividades - característica essencial em um cenário de carência de verbas para contratação de diferentes tipos de profissionais (PERUZZO, 2009b).

Sua atuação profissional no ambiente comunitário, no entanto, não pode ser de alguém que vem de fora e que interpela e invade, mas de alguém que respeita a dinâmica dos grupos e entidades, de maneira que as reflexões, o conhecimento e as decisões emergem de dentro dos movimentos e sejam construídas em conjunto (PERUZZO, 2009b).

Ademais, vale frisar que os movimentos sociais não dependem de profissionais graduados na área de comunicação, ainda que a profissionalização seja bem vista, quando respeitados os princípios norteadores dessas organizações, como a transformação social e política.

A seu modo, eles mesmos costumam operacionalizar as dimensões enunciativas anteriormente explicitadas, no relacionamento com os segmentos necessários, na produção dos materiais de comunicação adequados às suas necessidades de expressão e de mobilização, com ou sem auxílio técnico, e no uso dos meios (canais) que mais lhes convêm [...] (PERUZZO, 2009b, p. 432)

Contudo, quando observada em sua acepção política, da “defesa pública de interesses por meio do relacionamento entre instituições e públicos” (HENRIQUES, 2007, p. 101), a atuação de um profissional das relações públicas aparece como um fator de diferenciação.

É uma atividade que deve ser compreendida como parte de um complexo sistema especializado – que emerge na sociedade de massas – de administração dos mecanismos de visibilidade pública e, por conseguinte, de mediação e administração das controvérsias públicas (HENRIQUES, 2007, p. 101).

Sua atuação com vistas à busca pela opinião pública favorável frente a um dado objeto por meio da gestão dos mecanismos de visibilidade faz das relações públicas um poderoso aliado dos movimentos sociais (FARIAS, 2006).

Na esteira desse argumento, Tariana Brocardo Machado (2016) defende que o papel dos profissionais das relações públicas no contexto da comunicação pública é fundamental e contempla desde o gerenciamento da visibilidade até a organização dos debates, seja na escolha dos falantes, na hierarquização dos discursos ou na estruturação dos sentidos.

Não se trata, portanto, de uma comunicação persuasiva, mas do exercício da interlocução com a sociedade de modo a posicionar uma organização de forma consciente e planejada a respeito de uma questão de interesse público frente àquilo que denominamos habitualmente de opinião pública.

3 MOVIMENTOS SOCIAIS E A QUESTÃO DA MORADIA

Os movimentos populares, particularmente os movimentos de moradia, são atores da esfera pública que comunicam o tempo todo. Entendemos aqui que a cidade é comunicação e, portanto, as representações, símbolos e valores que seus atores colocam em jogo são fundamentais para entendermos a construção da opinião pública. Assim, busca-se nesse capítulo oferecer um histórico da questão da moradia e dos movimentos sociais, pontuando seus principais deslocamentos, para que então possamos fazer o resgate dos principais atores que participam do debate público e das narrativas por eles utilizadas.

3.1 A questão da moradia

A história da habitação social no Brasil está diretamente ligada à história dos movimentos populares de moradia - entendidos aqui como movimentos que conectam sujeitos individuais e coletivos em torno de identificações comuns, um campo de conflito e adversários e um projeto de transformação social (SCHERER-WARREN, 2008).

Desse modo, para entendermos as origens dos movimentos populares de moradia, é necessário retornarmos para os períodos e os contextos que os tornaram possíveis. Para tanto, optaremos por explorar as transformações ocorridas no panorama nacional e paulistano no tocante à questão da habitação por meio de uma reconstituição histórica para, então, focarmos nas suas repercussões nas disputas simbólicas.

Assim, nossa reconstituição histórica será dividida em quatro partes, escolhidas em vista daquilo que identificamos como grandes mudanças na problemática da habitação e seus respectivos reflexos nos movimentos populares. Iniciaremos então com o período da República Velha (1889-1930), quando a questão da habitação passa a ser uma problemática fundamental no contexto urbano em função da abolição da escravidão, do crescimento da cidade, entre outros motivos. Em seguida, passaremos para a época do populismo (1930-1964), cujo maior representante foi

Getúlio Vargas. É durante o populismo que a questão da habitação assume um caráter social, sob a bandeira da defesa dos interesses das massas populares urbanas. Trataremos, então, do período da ditadura militar e redemocratização (1964-1985), marcado, em seu início, pelo autoritarismo do Estado e, posteriormente, pela expansão e fortalecimento dos movimentos de moradia, que passaram a interagir em ambientes formais de gestão da cidade. Finalmente, abordaremos o período que se inicia no final do século XX e perdura até os dias de hoje, com o avanço do capital financeiro sobre as cidades, que implicou na mudança do modelo de política habitacional, agora operado via mercado.

Nossa pretensão aqui não é elaborar um histórico consolidado em torno da questão da moradia a partir do final do século XIX, mas pontuar alguns deslocamentos importantes na concepção do papel e das atribuições do Estado e do setor privado no que diz respeito à questão. Entendemos que tais deslocamentos culminaram em ações, intervenções e políticas que repercutiram de diversas formas na vida da população, especialmente nas classes mais pobres, influenciando assim também a atuação dos movimentos sociais.

3.1.1 República Velha: a habitação como questão urbana

Além de ter contribuído para a queda da Monarquia e a proclamação da República, a abolição da escravatura desencadeou uma série de transformações no sistema produtivo da sociedade brasileira, agravando um cenário que já havia se instaurado em 1850 com a Lei da Terra². No que se refere ao escopo desse trabalho, o momento de transição para o trabalho livre representou a determinação de novas demandas de soluções habitacionais em larga escala. O escravo que antes morava dentro do território do patrão passou a ter que contar com moradias de aluguel em condições bastante precárias, embora geralmente próximas ao local de trabalho e aos meios de transporte (ROLNIK, 1994). Essas moradias de aluguel oferecidas para as classes mais pobres, antigos escravos e trabalhadores de baixa qualificação, eram classificadas em dois tipos: cortiço e vila.

² A Lei da Terra de 1850 foi responsável pelo reconhecimento da propriedade privada da terra (RODRIGUES, 1994). O poder social, econômico e político antes associado à posse de escravos, passou a estar vinculado à posse de terras e imóveis a partir de 1850, marcando a transição para um estado rentista (MARICATO, 2015).

A maioria dos trabalhadores não qualificados era habitante daquilo que genericamente era chamado de cortiço. Grosso modo, o cortiço era caracterizado pelo compartilhamento de algumas áreas, como banheiro, cozinha e tanque e pela alta intensidade de vida social em espaço reduzido (Ibid.). A vila se diferencia do cortiço pela maior privacidade proporcionada pelo maior número de separações. Do ponto de vista econômico, as fronteiras entre os moradores desses dois tipos de habitação popular não eram bem delimitadas, pois as zonas populares misturavam ambas entre as fábricas e os trilhos do bonde. Do ponto de vista ideológico, no entanto, ela é massiva, uma vez que opõe a sujeira e imoralidade dos cortiços à organização e decência das vilas (Ibid.).

Na São Paulo do início do século, a grande questão abordada pelo poder urbano eram os cortiços e os perigos associados a eles. Existia na época a ideia de que era ali que se disseminavam as epidemias que invadiam a cidade de tempos em tempos. Essa fala partia tanto de técnicos higienistas quanto dos moradores das regiões fronteiriças, que apontavam a sujeira e a promiscuidade como responsáveis pelas pestes, que contagiavam a saúde de toda uma região. Tais falas, carregadas de intenções e representações de uma significativa parcela da população, que permanecem até hoje com relação às mais diversas formas precárias de habitação, alimentaram a vontade de agir do poder público e deram respaldo para suas intervenções. Assim, a resposta para essa questão se deu, sobretudo, por meio da intervenção direta em diferentes níveis, dentre os quais destacamos a demolição e a reurbanização de setores da cidade, por meio de obras viárias e transferências de mercados, que implicavam em deslocamentos de atividades e populações (Ibid.).

De acordo com Raquel Rolnik (1994, p. 102), ‘reformas urbanas deste tipo constituíram eventos que “explodiram” lutas urbanas fazendo emergir conflitos que estavam presentes no cotidiano da cidade’, especialmente na região central. O centro é uma região estratégica para renovações urbanas por conter investimentos urbanos acumulados ao longo do tempo. Em uma cidade como São Paulo, que cresceu seguindo o desenho das ferrovias, o centro é área de distribuição de redes de transportes e de alta densidade populacional. O centro é ainda uma região que mistura grupos sociais. Por estas razões, a ação governamental incidia sobre o centro da Cidade de São Paulo muito mais vigorosamente do que nas demais regiões, por meio

de leis e reformas. O centro consistia então na arena principal de lutas, onde se articulavam formas variadas de oposição à ordem constituída (Ibid.).

É no interior da indústria, que no período ainda tinha um papel secundário na estrutura da economia, que surgem os movimentos urbanos sob a forma de movimento operário. O primeiro movimento operário de São Paulo tinha forte influência do anarquismo, cujos princípios haviam sido trazidos com os imigrantes italianos e espanhóis que vinham ao Brasil para serem trabalhadores assalariados (BONDUKI, 1994b). A “agitação nas ruas” era a estratégia anarquista desse movimento, cuja ação visava disseminar os ideais libertários. No que diz respeito à questão da moradia, propunham “ligas de inquilinos” e tinham como instrumentos de ação direta o boicote total ou parcial ao pagamento dos aluguéis. Importante ressaltar que, por todo o período, a negociação do valor do aluguel foi o principal ponto de conflito e a questão central que movia inquilinos a se mobilizarem.

Estas associações eram responsáveis por articular as agitações que ocorriam em vários pontos do território popular, ampliando a adesão aos movimentos. Para os militantes anarquistas esta ação visava o congelamento dos aluguéis, mas principalmente a sensibilização dos inquilinos (boa parte dos habitantes da cidade³) aos ideais libertários (ROLNIK, 1994, p. 103-104).

A ação anarquista se dava na organização de associações livres dentro dos bairros e na mobilização dessa rede nos momentos de crise, bem como na propagação dos ideais anarquistas por meio de periódicos, que tinham sua rápida circulação viabilizada pela alta densidade e concentração do território popular (Ibid.). Quando os movimentos ganhavam as ruas, encontravam-se duas principais práticas de oposição: de um lado, operários, pequenos proprietários urbanos falindo com a crise e sindicalistas discutiam a situação e preparavam a agitação nas ruas em associações, salões e jornais, de outro, anarquistas mais revolucionários e “marginais” expressavam sua posição de oposição e comunicavam-se com a administração municipal mediante transgressões e violência, sem formular um discurso ou propor qualquer tipo de plano (Ibid.).

A questão da habitação ficava à mercê dos trabalhadores e dos industriais. O Estado não assumia a responsabilidade de prover moradia nem a sociedade lhe

³ Em São Paulo, na década de 1920, quase 90% da população da cidade era inquilina (BONDUKI, 1994b).

atribuía esta função, em grande medida pela influência do anarquismo no movimento operário, que pregava a abolição do Estado. A tímida legislação urbana deixava a questão do valor dos aluguéis entregue à livre negociação entre locador e inquilino, favorecendo assim os proprietários, que viam nas casas de aluguel uma maneira segura de rentabilizar e valorizar seus recursos (BONDUKI, 1994b).

3.1.2 Era Vargas e populismo: a habitação como questão social

A revolução de 1930 marcou um ponto de ruptura na forma de intervenção do Estado na economia e outros aspectos da reprodução da força de trabalho. O Estado, que antes aparecia como representante dos interesses da economia agroexportadora, passou a adotar uma nova postura voltada para o desenvolvimento das atividades urbano-industriais, por meio de forte intervenção na economia (BONDUKI, 1994a). Na mesma direção dessa nova postura, a base de sustentação política do novo regime teve que ser modificada, de modo a garantir sua legitimidade e governabilidade. Assim, novos setores sociais emergentes, dentre os quais se destacavam as massas populares urbanas, foram incorporados à base política (BONDUKI, 1994b). O Estado passou, então, a ter a necessidade de impulsionar uma política dirigida aos trabalhadores para firmar seu compromisso com as massas. Essa política voltada para as massas urbanas também seria crucial para o desenvolvimento econômico baseado na indústria, “[...] que requeria a definição de um horizonte de cálculo com os encargos trabalhistas para as empresas capitalistas, até então deixados ao livre jogo do mercado” (BONDUKI, 1994a, p. 119).

A questão da moradia tinha ampla visibilidade pública e grande impacto na vida do trabalhador, uma vez que seu custo representava boa parte do salário. Interferir na lógica liberal que predominava em torno dessa questão significava interferir diretamente na vida da população mais pobre. Desta forma, além das intervenções no campo trabalhista, já bastante conhecidas, o governo Vargas foi responsável por assumir a questão habitacional como questão social, passando a intervir no processo de produção, locação, comercialização e financiamento, sob a justificativa de que a habitação era uma mercadoria especial, onde o interesse social seria maior que os mecanismos de mercado (BONDUKI, 1994b). Conforme Nabil Bonduki (1994a, p.

120), “[...] a formulação pelo Estado de um padrão de habitação - vinculado à casa unifamiliar – e, sobretudo, o lançamento de projetos estatais de produção de moradias subsidiadas tinham ampla aceitação pelas massas populares urbanas [...]”. Assim, a distribuição das casas mostrava-se bastante útil na criação do suporte político, dado seu apelo clientelista.

Ainda de acordo com Bonduki (1994a; 1994b), as intervenções do Estado na questão habitacional se deram em pelo menos três níveis diferentes: (i) decreto da Lei do Inquilinato em 1942; (ii) criação das Carteiras Prediais dos Institutos de Aposentadoria e Previdência, em 1938 e; (iii) decreto-lei 58 de 1938. Embora as três medidas tenham repercutido na questão da habitação social de forma bastante contundente, nosso foco aqui será na Lei do Inquilinato, pois é principalmente como resposta aos desdobramentos dessa medida que se dá a ação dos movimentos populares do período.

O decreto da Lei do Inquilinato em 1942 instituiu o congelamento dos valores locativos e a regulamentação das relações entre proprietários e inquilinos. No início da década de 1940, a maioria da classe trabalhadora ocupava casas de aluguel. Assim, o congelamento dos aluguéis tinha forte impacto sobre as massas urbanas, sobretudo se considerarmos os índices do custo de vida e da inflação do período. Essa política, entretanto, gerava uma situação desfavorável para a classe dos proprietários, que assistiam à inflação crescer enquanto o valor dos aluguéis permanecia o mesmo. A consequência imediata para essa medida foi, então, a redução drástica da construção de casas de aluguel pela iniciativa privada, o que provocou forte carência de habitação. Como consequência, os recursos antes mobilizados para esse setor voltaram-se para a indústria, cujo crescimento gerou um intenso fluxo migratório do campo para as cidades que, por sua vez, intensificou ainda mais a carência de moradia (BONDUKI, 1994b).

Nesse contexto de extrema carência de habitação, a melhor forma dos proprietários elevarem seus rendimentos era reavendo seus imóveis, seja para realugá-los ou para alterar sua destinação. O instrumento encontrado para tanto foi o despejo.

O quadro configurado era de um conflito latente: proprietários querendo despejar de qualquer maneira os inquilinos e estes se vendo na contingência de, se despejados, não conseguirem encontrar nenhuma moradia do mesmo

padrão por um aluguel compatível com seus salários (BONDUKI, 1994a, p. 129).

O problema dos despejos tornou-se, então, o principal problema habitacional de São Paulo no período varguista. A luta contra os despejos passou a desempenhar um papel da maior importância: “será o movimento concreto que a população empreenderá pelo *direito à habitação*, entendida esta como uma moradia pronta e ligada aos equipamentos urbanos básicos, como eram boa parte das habitações populares até este período” (Ibid., p. 129-130, grifo do autor). Afinal, as outras soluções habitacionais que começaram a ser desenvolvidas no período, como as favelas e as casas autoconstruídas em lotes de periferia com pouca ou sem nenhuma infraestrutura urbana e carentes de transporte, representavam a precarização das condições de moradia. Resistir ao despejo significava resistir a estas soluções habitacionais que, décadas mais tarde, constituiriam as soluções mais utilizadas pela população de baixa renda.

Com a intensificação dos despejos, que coincide com o momento mais agudo da falta de moradia, cresceram as resistências individuais ou de grupos de inquilinos contra o despejo.

Esta resistência se dá principalmente sob a via jurídica, pois este era o campo delimitado onde a disputa ocorria. No entanto, o apelo dos inquilinos contra o despejo, procurando mobilizar a opinião pública por meio da imprensa e de manifestações de rua, visaram (sic) criar um clima emocional capaz de pressionar o juiz a não assinar a ordem de despejo ou então a adiá-la por um prazo maior de tempo (BONDUKI, 1994a, p. 130).

Grupos de inquilinos de um mesmo imóvel constituíram comissões de moradores que procuravam a imprensa, deputados ou os Comitês Democráticos e Populares, organismos de base ligados ao Partido Comunista do Brasil, pedindo apoio e divulgação para seu problema específico (Ibid.).

De modo geral, o movimento que os inquilinos moveram tinha como alvo o Estado, refletindo esse deslocamento na posição assumida por este no que se refere à questão da habitação. A lógica era que se o governo era responsável pela legislação e regulação da locação, então a solução para os problemas habitacionais também estaria em suas mãos e, portanto, era para quem deveriam ser dirigidos (Ibid.).

Podemos notar, nesse ponto, a crescente presença do Estado no ambiente da comunicação pública, ainda que de forma bastante rudimentar. O debate em torno de assuntos de interesse público passa a contemplar o Estado, que começa a se comunicar com a população, sobretudo, por meio da propaganda política nos meios de comunicação (CAPELATO, 1999).

O Partido Comunista Brasileiro é fundamental nesse contexto, ainda de acordo com Bonduki (1994a), uma vez que foi responsável por reforçar o papel de interlocutor que o Estado havia adquirido no período populista, responsabilizando o governo pela crise de moradia e assim fortalecendo o Estado. Os comunistas dirigiam boa parte dos movimentos populares da época, tendo grande penetração nos bairros populares. Sua atuação se dava por meio da busca por canais institucionais do Estado para dirigir suas demandas e reivindicações.

Inicialmente, atuavam respondendo aos chamados da população e enfrentando a questão de forma específica e localizada, sobretudo recorrendo aos aspectos jurídicos, sem estabelecer qualquer tipo de política no sentido de articular uma ampla mobilização popular para resistir aos despejos, ainda que a opinião pública da época tenha sido eminentemente favorável, em vista do caráter emocional que a questão suscitava (Ibid.).

Foi apenas em 1946 que o deputado paulista do Partido Social Progressista, Campos Vergal, juntamente com a bancada trabalhista do Distrito Federal, encaminhou um projeto de lei que suspendia os despejos e as demolições de prédios residenciais por dois anos, medida que realmente atingia a questão, pois fechava a válvula de escape que o despejo representava para os proprietários. Essa iniciativa, fortemente apoiada pelas Associações de Inquilino, marcava o surgimento de um movimento mais geral pela suspensão dos despejos, alimentado por dois tipos de manifestações: (i) um primeiro tipo que se utilizava de uma tática que começava a se difundir bastante de se organizar abaixo-assinados e enviá-los aos deputados favoráveis à medida e; (ii) um tipo de manifestação que buscava criar um amplo movimento de massa, que lançava mão de grandes comícios (Ibid.). Nesse momento, já em 1947, o Partido Comunista Brasileiro resolveu assumir a questão e iniciar uma ampla mobilização popular em torno do despejo. A iniciativa, no entanto, foi tardia, uma vez que pouco tempo depois o partido foi colocado na ilegalidade, o que inviabilizou a mobilização popular. A campanha contra os despejos, no entanto,

continuou firme, reforçando uma posição contrária aos despejos na opinião pública (Ibid.).

Embora a permanente mobilização dos inquilinos e suas associações tenha sido um fator importante na manutenção do controle dos aluguéis durante o período populista, não foi suficiente para que o projeto de lei de suspensão dos mandados de despejo fosse decretado (Ibid.). Com a derrota no Legislativo, foi inevitável o rebaixamento das condições de moradia das classes populares que, expulsas das posições que ocupavam na cidade, relativamente bem equipadas e próximas aos locais de trabalho, tiveram que se voltar para os lotes baratos nas áreas periféricas desprovidos de serviços urbanos.

A presença estatal nessa expansão periférica se resumiu à garantia do acesso à propriedade aos compradores dos lotes por meio do Decreto-lei n.º 58. Fez-se ausente na exigência de padrões mínimos de urbanização, aceitando qualquer tipo de assentamento habitacional, por mais precário e insalubre que fosse, já que era a maneira mais fácil de se enfrentar a ausência de moradia (BONDUKI, 1994b).

Assim, embora o Estado tenha expandido os direitos da população, o fez de forma limitada e seletiva, premiando classes estratégicas como forma de desenvolver a indústria do país. O período populista também marcou a entrada do poder público na promoção, financiamento e construção de conjuntos habitacionais por meio da criação das carteiras prediais dos Institutos de Aposentadoria e Pensões e da Fundação da Casa Popular, com o sentido de ocupar o espaço deixado pela iniciativa privada. Lidar com a questão da moradia por meio de políticas públicas consistiu um movimento sem volta no qual o Estado assumiu para si a questão e passou a ser cobrado por ela.

3.1.3 Ditadura civil e militar e período de redemocratização

O início da ditadura civil e militar no Brasil em 1964 ocorreu dentro de uma conjuntura de acentuado crescimento industrial e expansão da metropolização, especialmente de São Paulo. Em termos de desenvolvimento urbano, políticas públicas elitistas voltadas para a modernização das metrópoles e a crescente

importância do Estado no setor foram marcas desse período (KOWARICK; BONDUKI, 1994).

No âmbito da capital paulista, esse projeto de modernização do regime se deu por meio de intensos investimentos na estrutura da cidade, com o alargamento de vias, abertura de novas avenidas, pontes e viadutos, com o objetivo geral de remodelar o espaço urbano (Ibid.).

Assim, enquanto algumas regiões da cidade passavam por essa remodelação radical, outras eram deixadas à míngua, evidenciando assim alguns processos de ocupação espacial, dentre os quais destacamos o processo de periferização, baseado na casa autoconstruída, iniciado nos governos populistas e acentuado nesse período, em vista do arrocho salarial e da intensificação da especulação imobiliária.

Em linhas gerais, o processo de periferização se deu da seguinte forma: os salários baixos só permitiam o acesso ao lote próprio em áreas destituídas de infraestrutura urbana, uma vez que a valorização do preço da terra decorre, de modo geral, de sua localização e dos investimentos injetados, sobretudo, pelo Estado nesse espaço. Assim, a valorização de áreas estratégicas acabava por vedar o acesso às classes mais pobres a essas áreas mais bem providas de serviços urbanos, enquanto garantia bons lucros aos proprietários e incorporadores (Ibid.).

Paralelamente, o processo de autoconstrução das casas foi fundamental para o rebaixamento do custo da força de trabalho, contribuindo para a acumulação capitalista do período de industrialização do país ao retirar o ônus da moradia da taxa do salário (MARICATO, 2015).

No entanto, em função do aumento do preço do metro quadrado do terreno, a aquisição dos lotes periféricos pelas classes mais pobres foi também um grande desafio e acabou por abrir caminho para condições habitacionais ainda mais precárias, como os cortiços e, principalmente, as favelas na segunda metade dos anos 1970 (KOWARICK; BONDUKI, 1994).

Do ponto de vista simbólico, trata-se de um processo de exclusão não apenas do espaço físico, uma vez que muitas favelas eram localizadas em áreas centrais relativamente bem equipadas, mas principalmente da condição de cidadania. A esse respeito, Kowarick e Bonduki (1994, p. 167, grifo do autor) colocam

Sobre estas modalidades de moradia, o imaginário social constrói um discurso, esquadrinha a mistura de sexos e idades, a desorganização familiar [...] olhando para estes locais como focos que fermentam os germes da degenerescência e da vadiagem e daí o passo para a criminalidade. Ou seja: *a condição de subcidadania enquanto morador urbano* constitui forte matriz que serve para construir o diagnóstico da periculosidade.

Por outro lado, foi na periferia que a conscientização com relação ao autoritarismo do Estado e a relativa politização mais avançaram em termos de mobilização, com a articulação dos núcleos de organização popular. Em um período de forte repressão, como foi até 1978 no período chamado de “anos de resistência”, a ação articulada do movimento operário era quase impraticável. Coube então à periferia a rearticulação dessas organizações da sociedade civil. Em bairros onde não faltavam “problemas concretos em termos de carências urbanas [...] passaram a surgir iniciativas que visavam retomar a luta nas fábricas: a resistência popular nasce, portanto, fora dos locais de trabalho” (Ibid., p. 168). Essa luta em torno de reivindicações próprias do contexto urbano foi muito importante na criação de um fluxo de mobilizações que aglutinava grupos distintos (Ibid.).

No final da década de 1970, em função da grande mobilização por parte de movimentos populares, Igreja, imprensa, oposição política e outras entidades da sociedade civil, pelo menos em São Paulo, o governo não podia mais ignorar as reivindicações que vinham desses grupos, dada sua expressão social, até porque, com o início do processo de redemocratização, precisariam do voto popular para as eleições (Ibid.). Isto ajuda a explicar as ações voltadas para os problemas sociais da época. De modo geral, contudo, prevalecia a discricionariedade nas políticas públicas, que quase sempre favoreciam as classes mais altas. Exemplo disso foi o Banco Nacional de Habitação (BNH), criado logo após o golpe militar em 1964, como resposta à forte crise de moradia (ROLNIK, 2009). A distribuição dos recursos mobilizados pelo BNH, provenientes da arrecadação sobre os salários, especificamente do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) era altamente desigual, sendo que menos de 20% do investimento total era dirigido para famílias com renda de até cinco salários mínimos (KOWARICK; BONDUKI, 1994). Além disso, as moradias construídas para as classes mais pobres foram, em sua maioria, implantadas em zonas periféricas distantes e desequipadas (ROLNIK, 2009). Tratavam-se de políticas que excluía dos benefícios do desenvolvimento a maioria da população.

Já no início da década de 1980, o período do “milagre brasileiro” deu lugar a uma forte crise econômica.

[...] na primeira metade dos anos 80, as condições de vida na região metropolitana de São Paulo se agravassem significativamente em função da crise econômica, da recessão e do desemprego que atingiu todo o país e particularmente os pólos industriais mais desenvolvidos do Centro-Sul (KOWARICK; BONDUKI, 1994, p. 171).

Nesse contexto, é possível mencionar uma série de fatos novos que surgiram no que se refere às questões urbanas. Para os propósitos dessa pesquisa, no entanto, destacaremos o surgimento das invasões/ocupações organizadas de terra em 1980 (GOHN, 1991).

Com o desemprego, a queda do salário real e as dificuldades já mencionadas da casa autoconstruída na periferia, milhares de pessoas foram levadas a ter que encontrar soluções habitacionais que não implicassem qualquer custo monetário. As favelas tornaram-se insuficientes para abrigar toda essa grande massa (KOWARICK; BONDUKI, 1994).

É neste quadro que as invasões/ocupações organizadas de terra ganham grande impulso revelando um grau de mobilização e organização popular anteriormente desconhecido nas lutas urbanas de São Paulo e que somente pode surgir em função da existência de núcleos de aglutinação popular nos bairros periféricos formados no período anterior em boa parte impulsionados pela ação das CEBs (Ibid., p. 171-172).

Esse processo teve seu momento de maior impacto em 1987, quando milhares de famílias invadiram simultaneamente dezenas de terrenos públicos e privados (GOHN, 1991). Embora poucas famílias tenham conseguido se fixar nesses terrenos, o ato levou ao fortalecimento do chamado Movimento dos Sem-Terra, que passou a existir em todas as áreas da cidade e se articular por meio da União de Movimentos de Moradia, em nível municipal (KOWARICK; BONDUKI, 1994). Ainda, tais invasões coletivas de terra representaram o início e, ao mesmo tempo, foram as células básicas dos movimentos organizados pela moradia popular criados nos anos seguintes, com um grau de organização muito superior aos dos movimentos anteriores (GOHN, 1991).

É necessário salientar ainda que o crescimento desses movimentos populares ocorreu em uma conjuntura amplamente desfavorável às suas reivindicações em termos de administração municipal. A gestão do então prefeito, Jânio Quadros (1986-88), fechou-se totalmente às reivindicações dos movimentos populares em torno da questão da moradia, reprimindo manifestações e removendo favelas de áreas nobres da cidade. Suas intervenções na legislação do uso do solo e zoneamento, voltadas para o favorecimento do mercado imobiliário privado e o desenvolvimento de projetos de renovação urbana, implementadas sem qualquer tipo de debate com a sociedade, não foram bem recebidas, ocasionando reações e protestos de diversas entidades da sociedade civil (Ibid.).

O fortalecimento desses movimentos como instância participante da gestão municipal só veio alguns anos depois com a ascensão dos governos de esquerda no país (TATAGIBA, 2011).

3.1.4 O final do século XX até os dias atuais

No Brasil e em quase todos os outros países do mundo, a queda do muro de Berlim e a hegemonia de livre mercado que se seguiu representou uma série de transformações no plano das cidades, dentre as quais destaca-se a mudança no paradigma de política habitacional, ancorado na expansão do processo de financeirização da moradia e da terra (ROLNIK, 2015). De modo geral, o “novo paradigma se baseia principalmente na implementação de políticas que criam mercados financeiros de habitação mais fortes e maiores, incluindo consumidores de média e baixa rendas, que até então deles estiveram excluídos” (ROLNIK, 2015, p. 30).

Trata-se, então, da transferência da responsabilidade por prover habitação do Estado para o mercado, no qual o paradigma da casa própria tornou-se praticamente o único modelo de política habitacional, eclipsando outras formas de posse bem estabelecidas como a habitação para aluguel e formas de propriedade cooperativa (Ibid.). Neste contexto, os governos deveriam assumir o papel de “facilitadores”.

No entanto, no final do século XX, o que se viu foi algo muito além desse papel de “facilitador”: os governos foram responsáveis pela desconstrução de políticas

habitacionais e urbanas e a desregulação dos mercados monetários e financeiros, fortalecendo ainda mais o mercado imobiliário e financeiro (MARICATO, 2015). Interessante notar que tais acontecimentos se deram poucos anos após a inclusão da moradia no rol dos direitos fundamentais sociais expressos na Constituição Federal de 1988.

Já no século XXI, após esse período influenciado pelo neoliberalismo, que se opunha aos gastos sociais, houve a retomada de investimentos públicos em políticas urbanas, sendo uma delas basilar para o campo da habitação: o programa federal Minha Casa Minha Vida (Ibid.). Com início em 2009, o programa apresentava uma política habitacional com subsídios do governo federal, influenciada por essa nova visão do Estado de “facilitador” no processo de provisão de moradia, cuja missão era abrir espaço e apoiar a expansão dos mercados privados (ROLNIK, 2015). Tratava-se de uma reforma do financiamento imobiliário, que vinha sendo ensaiada desde meados da década de 1990 e que permitiu as condições necessárias para o *boom* imobiliário no Brasil (MARICATO, 2015).

No final das contas, argumenta Maricato (2015), o programa acabou por retomar a visão empresarial da política habitacional, da construção de casas sem levar em conta o espaço urbano em seu conjunto, deixando nas mãos do mercado as escolhas no que diz respeito ao território. Similarmente, Rolnik (2015, p. 127) afirma que “privilegiou-se a redução substancial do déficit de moradias [...] em detrimento de aspectos mais amplos desse direito, como habitabilidade, localização, disponibilidade de serviços e infraestrutura”.

Ainda, é importante notar um grande paradoxo nesse período: a alta dos investimentos em políticas urbanas não teve grandes resultados para a população mais pobre, em função da intensificação do processo de especulação fundiária e imobiliária que promoveu o aumento do preço da terra e dos imóveis (MARICATO, 2015).

Segundo Maricato (2015, p. 39), “uma simbiose entre governos, parlamentos e capitais de incorporação, de financiamento e de construção promoveu um *boom* imobiliário que tomou as cidades de assalto”, aliando ganhos financeiros à histórica especulação fundiária, sempre nas mãos desses capitais e de uma pequena elite

Assim, o cenário da piora das condições de vida e do rebaixamento das condições de moradia que se viu ao longo de todo o século XX foi agravado pelo fenômeno da financeirização. Ficou visível que a apropriação dos recursos do fundo público era para a reprodução do capital e não para a reprodução da força de trabalho (Ibid., 2015).

Foi nesse contexto que se deu a motivação dos movimentos de moradia nesse quadro mais recente, que se desdobraram em algumas formas de atuação⁴, dentre as quais destacamos a estratégia da ocupação/invasão de prédios para moradia. Diferentemente daquelas das décadas anteriores, normalmente de curto período, as ocupações/invasões desse período foram, de modo geral, para morar (TATAGIBA, 2011).

Contudo, com a ascensão dos governos de esquerda no país, esse expediente da ocupação/invasão passou a dividir espaço com outros repertórios de ação dos movimentos. Nasceu nesse período o projeto político democrático-participativo, que teve como uma de suas principais características o aumento da participação política dos movimentos sociais (TATAGIBA, 2011).

Durante o período, foram criados diversos canais de participação, como os conselhos gestores de políticas públicas e a primeira experiência de Orçamento Participativo na cidade. Tais espaços foram essenciais para fortalecer a luta e garantir conquistas no campo legislativo e de políticas públicas. Foi nesse período que a gestão municipal passou a ter uma postura mais permeável à influência dos movimentos sociais, especialmente na gestão Luiza Erundina (1989-1992) (Ibid.).

A comunicação com os movimentos populares foi uma prioridade dessa gestão, que saiu do modelo de comunicação de mão única dos períodos anteriores e permitiu trocas mais consistentes.

As gestões municipais mais conservadoras que se seguiram, no entanto, não permaneceram com essa mesma política. O que se viu foi a diminuição da participação desses movimentos nos conselhos e demais espaços participativos. Do lado dos movimentos de moradia, houve o aumento da ação direta, especificamente das ocupações/invasões. Interessante notar, contudo, que a relação com as outras

⁴ Por ser um movimento muito fragmentado internamente, existem muitas divergências com relação às formas de atuação. As ocupações/invasões, entretanto, são estratégias utilizadas pela maioria, seja para moradia ou como pressão direta, no caso das ocupações breves (TATAGIBA, 2011).

gestões petistas que ocorreram no período, de Marta Suplicy (2001-2004) e Fernando Haddad (2013-2016), foi inversa. Dada a maior abertura à participação nos espaços institucionalizados nessas gestões, a resposta dos movimentos era, de modo geral, de menor ação direta. Ficava claro que a vontade política aparecia como uma variável explicativa central para a participação e a ação direta dos movimentos (Ibid.).

Tal participação, entretanto, teve seus efeitos negativos também. Muitas vezes, os movimentos deixaram-se levar por essa relação clientelística que se formava, que tem como dinâmica propulsora as energias das disputas eleitorais (Ibid.). Neste sentido, Rolnik (2015) argumenta que o território popular foi investido pelo mundo da política, que busca retorno em forma de voto popular, enquanto retribui com benefícios concedidos seletivamente. Neste caso, sob a forma de acesso aos programas e recursos governamentais, afinal, os movimentos sociais passaram a ocupar – ou tentar ocupar – um papel fundamental na operacionalização da política habitacional (TATAGIBA, 2015). Como resultado, ampliou-se a disputa entre movimentos.

Por fim, é preciso ressaltar que nesse período a bandeira da luta pelo centro da cidade ganhou ainda mais espaço em São Paulo. A tendência de evasão demográfica apresentada entre as décadas de 1980 e os anos 2000 e o aumento de domicílios vagos fizeram nascer novos debates sobre a ocupação do espaço urbano (BRACONI; ZANIRATO, 2014).

Nesse contexto, a criação de um ator importante na última década, as articuladoras, foi importante para aumentar a capacidade dos movimentos de coordenação de atuação (GURZA LAVALLE; CASTELLO; BICHR, 2011)

3.2 A disputa pelas mensagens

A disputa pelo território se refletiu na disputa pelo domínio sobre as mensagens postas em circulação, afinal, os confrontos não se davam apenas no espaço, mas também no plano simbólico. Surgia daí a necessidade dos atores que faziam parte dessa disputa de mobilizar significados, com o intuito de mediar a formação da opinião pública em seu favor.

Entende-se que essa disputa pela produção de comunicação se deu - e se dá até hoje - sobretudo, no âmbito dos meios de comunicação, sendo um de seus principais campos o jornalismo.

De acordo com Kovach e Rosenstiel (2003), o jornalismo deve ser composto por diversos elementos, como a lealdade com os cidadãos e a abertura do espaço para a crítica e o debate. No entanto, ao analisarem o jornalismo nos dias atuais, os autores concluíram que a efetivação desses elementos é cada vez mais difícil, em função da crescente presença do mercado no plano do jornalismo. Desse modo, entendem que as mídias corporativas se tornaram corporações com interesses diversificados, muitas vezes responsáveis por influenciar sua própria independência.

No Brasil, a presença do mercado na esfera do jornalismo se deu, sobretudo, durante o período de industrialização do país, com a aliança entre o jornalismo e as empreiteiras. A era das portentosas obras nas grandes cidades ampliou o poderio dessas que, por meio de relações promíscuas com os meios de comunicação, obtiveram altos lucros no processo de construção urbana. Ainda dentro desse quadro, um terceiro personagem também foi essencial para pôr em prática tal relação: o governo (WAINER, 2010).

Hoje, a influência das empreiteiras nas linhas editoriais de jornais e revistas ainda é forte, e soma-se à influência de outros importantes atores, como as construtoras e as incorporadoras, que representam também o interesse do capital financeiro (Ibid.). São esses atores fundamentais na determinação da produção de conteúdo acerca da ocupação e distribuição territorial.

Contudo, é preciso pontuar que tais influências não são as únicas contradições que atravessam o jornalismo atual. É necessário ressaltar o fato de que os próprios donos e executivos dos meios de comunicação, muitas vezes, têm interesses sobre o território, seja por serem proprietários de terra ou mesmo donos de empresas do ramo imobiliário.

Assim, a cobertura jornalística das mídias corporativas tem se dado, com frequência, a partir de opiniões e não de fatos, baseadas em interesses que vão além da obrigação com a verdade (KOVACH; ROSENSTIEL, 2003). No caso da moradia, esse fenômeno faz com que ela, muitas vezes, posicione-se contrariamente aos

movimentos sociais, valendo-se de discursos que buscam repreender as ações desses movimentos.

Os movimentos, por sua vez, encontraram na mídia radical uma forma de resistência, que alia a visibilidade com a construção de vínculos. Fenômeno recente, a mídia radical compreende estratégias que vão além do uso das tecnologias, integrando uma gama de atividades e manifestações comunicacionais voltadas para o debate, a crítica e a ação. Diferentemente da mídia corporativa, a mídia radical não está interessada na audiência, nem se encontra domesticada pelo mercado (DOWNING, 2002). Fortemente atrelada aos movimentos sociais, ela permite a construção de narrativas próprias, que fortalecem a comunicação popular dos movimentos.

Sua forte rede de construção de conteúdos narrativos, não raro, alcançam as mídias corporativas, pautando-as (Ibid.). Quando mobilizadas pelos movimentos de moradia, são responsáveis por aumentar seu poder político na arena da disputa pelo território.

3.2.1 Invasão *versus* ocupação

Um bom exemplo dessa disputa simbólica nas mídias é a controvérsia acerca do uso dos termos “invasão” e “ocupação” para definir aquela que é uma das principais formas de ação direta dos movimentos sociais de moradia desde a década de 1980.

Do ponto de vista da “invasão”, a narrativa tem como um de seus principais pilares a defesa da propriedade privada, enquanto direito fundamental garantido pela nossa Constituição. Neste sentido, a escolha da palavra “invasão” não seria feita ao acaso, mas estaria ligada à questão da ilegalidade, presente no ato de invadir uma propriedade que não lhe pertence – ato, inclusive, previsto como crime no Código Penal brasileiro⁵. Ora, o que tal escolha não mostra é o fato de que o direito à propriedade está relacionado a outros dispositivos constitucionais.

⁵ O artigo 161, § 1º, II, do Código Penal, prevê o crime de esbulho possessório, no qual se dá a invasão, com violência a pessoa ou grave ameaça, ou mediante concurso de mais de duas pessoas, terreno ou edifício alheio, para o fim de esbulho possessório (BRASIL, 2007).

Assim, no quadro da tradição autoritária da cultura brasileira, a naturalização da desigualdade faz com que, muitas vezes, não haja uma crítica em relação à destinação social da propriedade, como presumida no direito contemporâneo. Pelo contrário, a denúncia contra a desigualdade, por meio de conflitos, é encarada como ameaça, pondo em risco a imagem mítica da boa sociedade, pacífica e ordeira. E a resposta para tal: a repressão policial e militar (CHAUÍ, 1994).

É nesse contexto que se dá, então, a criminalização dos movimentos sociais, vistos como perigosos para o Estado e para o funcionamento do mercado.

Segundo Bia Barbosa (2014, p. 30-31), uma das características da cobertura dos movimentos sociais pelos grandes meios de comunicação “é a invisibilização da luta por um amplo conjunto de direitos - educação, saúde, moradia, terra, trabalho, meio ambiente, entre outros”. Essa invisibilização

acaba por transformar atos legítimos de defesa de direitos, praticados por movimentos sociais, em crimes. Ou seja, há uma dissociação e separação propositais, por parte da mídia, entre a ação dos movimentos sociais e a agenda dos direitos humanos. Isso acontece porque a sociedade não tem um discurso contrário aos direitos humanos (Ibid., p. 30-31).

A desvinculação das reivindicações desses movimentos das reivindicações por direitos fundamentais possibilitaria, portanto, uma ação criminalizatória das práticas desses atores sociais, e acabaria por estigmatizá-los, a partir de uma lógica de difamação e distanciamento (WACQUANT, 2007). O status de ilegalidade da posse da terra se ligaria, então, à própria condição humana de seus habitantes (ROLNIK, 2015).

Já sob a ótica da narrativa da “ocupação”, o discurso da propriedade privada seria rebatido à luz do dispositivo constitucional que impõe a função social como restrição fundamental ao direito à propriedade. A função social, conforme explicitada na Constituição brasileira, estaria vinculada à adequada utilização dos bens, em proveito da coletividade (COMPARATO, 1997). Neste caso, o ato de ocupar não só seria legal, como também constitucional. Ainda no plano das leis, essa narrativa se legitimaria pelo discurso da defesa do cumprimento do art. 6º da Constituição Federal, que prevê a moradia como direito social.

Saindo do direito à moradia e entrando no âmbito do direito à cidade, mas ainda dentro dessa narrativa da “ocupação”, encontramos a disputa pelo centro. Dentro dessa perspectiva, o centro seria a única chance dos pobres de terem acesso aos benefícios depositados na cidade ao longo do tempo. Ocupar significaria “liberar o lugar para permitir que a população nele intervenha, desafiando a tentativa das autoridades de excluí-la (de um lugar, de um projeto, de um processo decisório)” (ROLNIK, 2015, p. 377).

4 OPINIÃO PÚBLICA

O presente capítulo aborda o conceito de opinião pública, fenômeno que cada vez mais influencia as ações e os discursos organizacionais (FARIAS, 2006). Busca-se, em um breve espaço, relatar algumas de suas variações semânticas e alguns de seus principais deslocamentos ao longo dos anos. Ainda, pretende-se pontuar algumas de suas principais acepções, para que então possamos optar por alguns aspectos dessas abordagens.

4.1 Breve histórico

O conceito de opinião apareceu nos primeiros dicionários franceses ainda no século XVII, comportando um sentido duplo: a opinião como uma afirmação baseada em estereótipos, preconceito e sentimentos *versus* a opinião como uma afirmação baseada na deliberação e na razão (CHAMPAGNE, 1998).

Assim, no final do século XVIII, quando surge a expressão “opinião pública”, ela é aquela dos parlamentares, que tornavam “públicas” suas opiniões a respeito de assuntos de interesse comum, em oposição à política do rei, feita sem transparência. Dessa forma, embora a Revolução Francesa tenha estimulado a discussão sobre a competência das massas para governar no período (CHILDS, 1964), de forma mais ampla, a “opinião pública” ainda era aquela dos letrados, que se baseava na razão (CHAMPAGNE, 1998).

A “opinião pública” passa então a ser mobilizada pelas elites intelectuais e a burguesia com o objetivo de legitimar suas próprias reivindicações, com o respaldo da razão (Ibid.).

Enquanto a legitimidade que está associada ao princípio da autoridade é frágil porque se apóia em uma imposição externa e visível e tende naturalmente para o autoritarismo puro e simples, pelo contrário, aquela que deriva da “opinião pública” é muito mais poderosa na medida em que se trata de uma imposição aparentemente interna: é aquela que os próprios indivíduos reconhecem porque faz apelo somente ao raciocínio e à persuasão (Ibid., p. 50).

O grande acontecimento que possibilitou a formação da opinião pública nas suas acepções mais atuais, embora mantendo resquícios dessa opinião elitizada de outrora, foi o desenvolvimento da imprensa no século XIX, conforme sustenta Gabriel Tarde (2005). Seu desenvolvimento, aliado ao aperfeiçoamento dos meios de locomoção e transmissão, teve um papel fundamental na difusão da opinião pública e na transição daquilo que Tarde denominou de “era das multidões” para a “era dos públicos”. Se, por um lado, a multidão era mais heterogênea, brutal e necessitava da contiguidade física para sua existência, por outro, o público era mais homogêneo, tolerante, duradouro e permitia às pessoas o pertencimento simultâneo a vários públicos. Assim, o que essa nova era encerrava era o progresso da tolerância, do sentido de pertencimento a diferentes grupos em função de suas crenças, ideias e orientações, a liberdade para fazer parte de diferentes públicos ao mesmo tempo e a coexistência e mistura desses públicos.

Portanto, a imprensa foi um fator determinante na formação da opinião à medida que possibilitou a associação de pessoas que jamais haviam se visto em torno de suas opiniões compartilhadas. Não obstante, suas contribuições para com a concepção moderna de opinião pública vão mais além. Em última análise, é possível afirmar que a imprensa possibilitou a criação do poder do número.

A imprensa periódica permitiu formar um agregado secundário e muito superior, cujas unidades se associam estreitamente sem jamais se terem visto nem conhecido. [...] A imprensa, sem saber, ajudou portanto a criar o poder do número e a diminuir o do caráter, se não o da inteligência (TARDE, 2005, p. 65-66).

Algum tempo depois, já na segunda metade do século XIX, a emergência do sufrágio universal masculino nas democracias representativas impulsionou ainda mais tal perspectiva.

A eleição, assim como mais tarde as sondagens de opinião, tende a minimizar o peso efetivo das minorias ativas e barulhentas, diluindo-as em “maiorias silenciosas”, ao mesmo tempo que produz um consenso mais aparente do que real. Se as sondagens de opinião foram mais facilmente adotadas por uma ampla parcela da classe política, é porque se aproximam dos procedimentos eleitorais tradicionais e, a partir da utilização de meios técnicos que operam por extrapolação estatística, permitem a produção de uma “vontade geral” abstrata e aparentemente consensual (CHAMPAGNE, 1998, p. 62).

Por fim, o século XX marca a consolidação desse deslocamento, no qual a opinião pública passa a despontar como o produto das sondagens de opinião. No entanto, como veremos adiante, embora se trate de uma abordagem bastante difundida, ainda concorre com outras abordagens com viés mais qualitativo.

4.2 Abordagens e definições

Para explicar o conceito de opinião pública, Tarde (2005) debruçou-se sobre dois conceitos fundamentais, que juntos formavam aquilo que o autor chamou de “espírito público”: a tradição e a razão. Enquanto a primeira era o “resumo condensado e acumulado do que foi a opinião dos mortos, herança de necessários e salutareis preconceitos, frequentemente onerosos para os vivos” (Ibid. p. 60), a segunda era composta pelos “juízos pessoais, relativamente racionais, embora muitas vezes insensatos, de uma elite pensante que se isola e se retira da corrente popular a fim de represá-la ou dirigi-la” (Ibid. p. 60). A opinião, por sua vez, se reproduziria às custas desses dois ramos do “espírito público”.

A opinião, diremos, é um grupo momentâneo e mais ou menos lógico de juízos, os quais, respondendo a problemas atualmente colocados, acham-se reproduzidos em numerosos exemplares em pessoas do mesmo país, da mesma época, da mesma sociedade (Ibid., p. 63).

Para que esse grupo fosse formado era fundamental que as pessoas tivessem consciência da similaridade entre os juízos que emitiam e os juízos emitidos por outrem. A manifestação dessa semelhança se daria por meio da palavra, que permitiria a generalização de uma opinião, que passaria de opinião individual para opinião social. Seus intermediadores, defendia o autor, eram, principalmente, a conversação privada e a imprensa.

Outro expoente da teoria da opinião foi Walter Lippmann (2008). No livro “Opinião Pública”, publicado pela primeira vez em 1922 e referência no tema, o autor trata do processo de formação da opinião pública. Resumidamente, as opiniões seriam figuras dentro de nossas cabeças, construídas por meio de estereótipos, impressões etc. Assim, o autor relatava as limitações cognitivas inerentes ao ser

humano, que seriam minimizadas por conhecimentos mais amplos acessíveis apenas àqueles que ocupavam os lugares mais altos na hierarquia social. Sua proposta era de um governo de especialistas, pessoas altamente treinadas, que teriam contato direto com seus ambientes e por isso não lidariam com abstrações tanto quanto quem ocupasse níveis mais baixos da hierarquia.

Sua obra, embora fortemente criticada pelo seu tom elitista, trouxe à luz do debate o caráter irracional na formação da opinião, conflitando com algumas concepções clássicas, como por exemplo, a ideia de que a racionalidade seria um dos critérios imprescindíveis ao debate que faria parte do processo de formação da opinião pública (HABERMAS, 1984).

Outro autor que questionou a racionalidade no processo de construção da opinião pública foi o sociólogo Herbert Blumer (1977). Para ele, a opinião situar-se-ia a meio caminho entre um ponto de vista emocional e preconceituoso e um ponto de vista inteligente e reflexivo. A discussão pública ocuparia então um lugar central em sua teoria sobre públicos e opinião pública.

Do mesmo modo, Heloiza Matos (2014, p. 142) argumenta que a opinião pública depende da existência de um debate. Para a autora,

a opinião pública pode ser vista como um processo no qual um grupo de indivíduos tematiza uma questão como problema, elabora entendimentos e pontos de vista em uma discussão de modo a buscar melhor entender o problema e a transformá-lo em uma questão pública. A formação da opinião pública depende da troca de ideias, do debate e da conversação focalizada sobre temas de interesse coletivo.

Sob uma perspectiva quantitativa, esses pontos de vista elaborados sobre um tema de interesse público somente podem ser conhecidos por meio de números. Assim, defende que a opinião pública seja a resultante das opiniões individuais, levantadas a partir das pesquisas de opinião, cujos métodos de amostragem estatística cada vez mais aprimorados garantiriam a validade dessas opiniões.

Harwood Childs (1964, p. 55), um dos defensores dessa abordagem e um dos primeiros autores do campo da Comunicação a tratar do assunto, entendia que a opinião pública era “simplesmente uma determinada coleção de opiniões individuais”. Sendo assim, não necessitava de qualquer grau de concordância ou unanimidade,

como argumentavam alguns autores (BRYCE; DICEY apud CHILDS, 1964), embora fosse favorecida pelos grandes números.

Ainda dentro dessa linha quantitativa, o cientista político V. O. Key Jr. (apud FIGUEIREDO; CERVELLINI, 1995) abordou o conceito por meio da sistematização de seus achados na forma de diferentes níveis descritivos e analíticos: distribuição, direção, intensidade, coerência e latência. A distribuição seria a forma como as opiniões individuais sobre um tema estariam agrupadas, enquanto a direção indicaria o posicionamento do conjunto das opiniões sobre esse mesmo tema. A intensidade indicaria o grau de adesão a cada opinião, funcionando como uma medida de força. A coerência, por sua vez, focalizaria as incoerências no nível da opinião individual. Finalmente, a latência avaliaria o estado de “hibernação” da opinião pública.

Conforme argumentam Rubens Figueiredo e Sílvia Cervellini (1995, p. 182),

as pesquisas quantitativas possibilitam a análise de dados de opinião pública em relação a todas estas propriedades: distribuição, direção, intensidade, coerência e latência. No entanto, a simples observação de outras formas de manifestação da opinião pública pode fornecer indícios suficientes para uma classificação de um certo contexto como polarizado ou consensual, latente ou ativo, coerente ou incoerente etc.

No entanto, Pierre Bourdieu (1973), em sua fala sobre a opinião pública feita em Noroit em 1972, questiona tal metodologia. Nela, o autor trata dos equívocos de se considerar a opinião como produto das pesquisas de opinião. Sua crítica baseia-se em três postulados implícitos das pesquisas de opinião: (i) a noção de que todo mundo possui uma opinião acerca de determinado assunto; (ii) a suposição de que todas as opiniões tenham o mesmo valor e (iii) a hipótese de que exista um consenso sobre os problemas que merecem ser tratados. Para ele, a pesquisa de opinião é um instrumento de ação política que busca impor a ilusão de que existe uma opinião média obtida a partir de uma somatória das opiniões individuais. Essa opinião média seria, então, apropriada por um discurso que busca legitimar a força de quem o exerce.

Assim, com base nessas diferentes abordagens da opinião pública e à luz dessas críticas tecidas por Bourdieu (1973), elencamos a seguir aquilo que consideramos os principais pontos da teoria da opinião: em primeiro lugar, o fato de que a opinião é baseada em juízos racionais e irracionais, ou seja, para entendê-la, é

preciso levar em conta esses diferentes níveis; em segundo lugar, o fato de que a imprensa tem um papel importante na intermediação da opinião; em terceiro lugar, entendemos que o debate é essencial para a formação da opinião pública; em quarto lugar, a importância da sistematização dos dados de opinião pública para ganhos para a própria teoria; finalmente, o fato de que o estudo da opinião nunca deve ser usado como discurso legitimador.

5 OS MOVIMENTOS SOCIAIS E A COMUNICAÇÃO

O presente capítulo tem como finalidade o registro e a interpretação das falas das lideranças dos movimentos sociais de moradia do centro da Cidade de São Paulo acerca da comunicação realizada por esses movimentos, seus objetivos, conquistas e percepções, obtidos a partir de pesquisa qualitativa.

Destacaremos, em um primeiro momento, a metodologia utilizada para execução do estudo de campo e, em seguida, esclareceremos o método de análise, para que possamos, então, organizar as informações obtidas nas entrevistas e realizar a efetiva análise de nosso objeto.

O objetivo aqui é projetar os discursos desses movimentos sociais, para que, mais adiante, após a apresentação, descrição e análise da pesquisa quantitativa, seja possível a verificação do impacto da comunicação dos movimentos na formação da opinião pública sobre a causa da moradia e, paralelamente, o alinhamento entre os enunciados dos movimentos sociais e a opinião pública paulistana.

5.1 Descrição da metodologia de pesquisa

5.1.1 Problema

A comunicação faz parte de um rol de atividades fundamentais para o desenvolvimento de qualquer organização, seja ela instituição ou empresa. Embora seu saber e fazer sejam mais avançados no campo empresarial, há um crescente reconhecimento de que essa atividade é também estratégica para os demais tipos de organizações, uma vez que lidam com públicos cada vez mais complexos (HENRIQUES, 2013).

Os desafios no saber lidar com as diferenças desses setores já estão sendo encarados pela academia, por meio dos estudos da Comunicação Comunitária, como vimos no capítulo 2. Contudo, na prática, especificamente no caso dos movimentos sociais de moradia, pouco se sabe a respeito de seus processos comunicacionais.

Diante desse cenário, cabe-nos questionar sobre o grau de profissionalização e os objetivos desses movimentos sociais na aplicação de sua comunicação. Por quem e para quem ela é feita? Como ela é feita? Existe alguma intencionalidade no que diz respeito à construção de uma opinião pública favorável e à busca pela visibilidade das organizações e de suas causas? Se sim, quais ações e estratégias são elaboradas?

Nosso esforço de compreender como esses atores do Terceiro Setor lidam com suas necessidades comunicacionais é, portanto, nossa principal motivação ao conceber essa pesquisa qualitativa.

5.1.2 Objetivos

A realização dessa pesquisa de campo tem como objetivo principal verificar como se organizam os movimentos populares de moradia do centro de São Paulo em termos de comunicação e aplicação de seus instrumentos e ferramentas.

Como objetivos secundários, pretende-se observar o grau de profissionalização desses movimentos e seu virtual interesse pela opinião pública atual – seja pela avaliação de que fazem das mudanças na opinião pública ao longo do tempo, pela forma como se veem percebidos pela opinião pública ou mesmo pela intenção de se construir uma opinião pública favorável às suas organizações e demandas. Paralelamente, estima-se averiguar como participam nos espaços institucionais responsáveis pelo processo de formulação de políticas públicas.

5.1.3 Tipo de pesquisa

Foi adotado como tipo de pesquisa o método qualitativo, que consiste, genericamente, “em um conjunto de práticas materiais e interpretativas que dão visibilidade ao mundo” (DENZIN; LINCOLN, 2006, p. 17). Por meio desse método, é possível observar fenômenos “em termos dos significados que as pessoas a eles conferem” (Ibid, p. 17).

Dado o caráter exploratório da pesquisa, entendemos que tal abordagem é adequada por apresentar coerência com nossos esforços de ampliar os conhecimentos e visões sobre o objeto analisado a partir de informações e percepções de nossa amostra.

5.1.4 Amostra

Partindo de um universo restrito de movimentos sociais atuantes na região central da Cidade de São Paulo, optamos por uma amostra por conveniência (DUARTE, 2005). Essa técnica amostral, baseada na viabilidade e disponibilidade, mostrou-se vantajosa em função da dificuldade de acesso às lideranças. Além disso, não representou inconveniente para nossa pesquisa, uma vez que os relatos obtidos foram válidos e suficientes para contemplar nosso problema de pesquisa.

Assim, iniciamos o processo de escolha da amostra com a elaboração de um levantamento com todos os movimentos sociais e articuladoras⁶ com atuação focada no centro da Cidade de São Paulo⁷. A relação desses movimentos e articuladoras – nosso universo – foi feita com base em informações prévias e análise de teses, dissertações e artigos recentes sobre o tema. O resultado desse levantamento foi um total de seis movimentos sociais ativos e duas articuladoras – estas últimas, responsáveis por aglutinar movimentos sociais de toda a cidade, inclusive da região central.

⁶ Articuladoras são entidades formadas por outras associações ou entidades civis, com o objetivo de coordenar e orientar suas ações e interesses, bem como articular as diferentes entidades que as constituem (GURZA LAVALLE; CASTELLO; BICHIR, 2011).

⁷ Por atuação focada no centro, entendemos, sobretudo, a prática das ocupações/invasões de imóveis vazios na região central de São Paulo. Ressaltamos que, a partir desse ponto, essa prática será chamada de “ocupação” apenas, por se tratar da forma como os movimentos referem-se a ela.

Quadro 1 - Relação de movimentos sociais e articuladoras

Movimentos ou articuladoras	Caracterização
União dos Movimentos de Moradia (UMM)	Articuladora
Frente de Luta por Moradia (FLM)	Articuladora
Movimento Sem-Teto do Centro (MSTC)	Movimento social
Movimento de Moradia para Todos (MMPT)	Movimento social
Movimento de Moradia do Centro (MMC)	Movimento social
União para as Lutas de Cortiços (ULCM)	Movimento social
Movimento de Moradia da Região Centro (MMRC)	Movimento social
Fórum de Cortiços	Movimento social

Fonte: Elaborado pela autora

A partir dessa relação, foi feito um levantamento de dados de contato, para que posteriormente pudéssemos ligar ou visitar os movimentos e articuladoras em busca dos líderes, que representariam suas respectivas organizações. A princípio, nosso objetivo era obter entrevistas com todos os movimentos e articuladoras que compunham nosso universo, no entanto, não pudemos atingi-lo em função de dificuldades de acesso aos movimentos e de agendas pessoais.

Sendo assim, do total de movimentos e articuladoras, foram realizadas entrevistas com quatro lideranças. Essas quatro entrevistas, embora constituam metade de nosso universo, representam uma parcela consideravelmente maior dele, uma vez que, em dois casos, essas lideranças representavam um movimento e uma articuladora ao mesmo tempo. Assim, não fazem parte de nossa amostra somente os seguintes movimentos: Movimento de Moradia da Região Centro (MMRC) e Fórum de Cortiços.

Finalmente, todas as entrevistas foram realizadas pessoalmente no escritório dos movimentos e articuladoras, pela autora da dissertação, durante o ano de 2016, entre os meses de outubro e dezembro.

Quadro 2 - Relação de entrevistados

Entrevistado(a)	Idade	Movimento	Posição	Tempo no cargo	Data da entrevista
Edinalva Franco	44 anos	MMPT	Coordenadora	26 anos	18/10/2016
Luiz G. da Silva	67 anos	MMC	Coordenador político	35 anos	30/11/2016
Sidney A. E. Pita	44 anos	UMM e ULCM	Coordenador estadual/nacional	13 anos	07/11/2016
Solange Carvalho	56 anos	FLM e MTSC	Coordenadora	22 anos	13/12/2016

Fonte: Elaborado pela autora

5.1.5 Técnica e instrumento de coleta de dados

A técnica de coleta de dados escolhida para essa pesquisa foi a entrevista em profundidade. Jorge Duarte (2005, p. 62) define-a como uma “técnica qualitativa que explora um assunto a partir da busca de informações, percepções e experiências de informantes para analisá-las e apresentá-las de forma estruturada”. De acordo com Valéria Castro Lopes e Vânia Penafieri (2011, p. 292), seu objetivo é “familiarizar o pesquisador com o problema em estudo”.

Para a realização das entrevistas foi utilizado como instrumento de coleta de dados um roteiro previamente elaborado, semiestruturado - conforme pode ser visto na Quadro 3 - formulado levando-se em conta os objetivos e questões de pesquisa da presente dissertação.

Quadro 3 - Roteiro de entrevista

Comunicação: características gerais
Existe um setor específico de Comunicação (ou setor que englobe as funções e atividades de comunicação) no movimento ou as atividades de comunicação são realizadas de maneira informal, sem apoio profissional.
Caso exista um setor, quem é responsável pela Comunicação: equipe técnica do próprio movimento ou assessoria contratada. Se assessoria, qual. Qual a formação desses/as profissionais.
O movimento considera a comunicação como uma área estratégica.
Existe uma divisão entre comunicação interna e comunicação externa. Se sim, como são realizadas.
Qual a relação com a imprensa. Há um porta-voz do movimento. Há documentos com perguntas e respostas prontas e detalhadas para preparação do porta-voz para entrevistas com a imprensa; treinamento para mídia.
Quais são as mídias utilizadas pelo movimento.
Existem veículos de comunicação estruturada, tais como jornal, revista, panfleto etc. Qual é o público (interno ou externo).
O movimento está nas mídias sociais digitais. É feito um monitoramento. Quem é o gestor de mídias sociais. Qual é o tipo de conteúdo.
É feito algum tipo de monitoramento sobre o que aparece na grande mídia acerca das ocupações. Se sim, que tipo de controle e ações posteriores são feitas. Cite exemplos.
Qual o papel da comunicação informal.
Objetivos, estratégias e opinião pública
Quais são os objetivos do movimento.
Como observa a opinião pública atual com relação às ocupações.
A construção de uma opinião pública favorável é um foco do movimento. Se sim, o que é/foi feito a respeito.
Durante os anos de 2012 e 2013, a Secretaria Geral da Presidência da República promoveu seminários sobre a Estigmatização e Criminalização dos movimentos sociais. Os palestrantes desses seminários argumentavam que o Estado e a mídia são, em grande parte, responsáveis pela criação e reprodução de atributos negativos ligados aos movimentos sociais. Você concorda com a existência desses dois fenômenos. Se sim, cite exemplos. Como se veem. O que fazem para mudar.
Porque o centro de São Paulo. Como são escolhidos os imóveis do ponto de vista de estratégia.
Formulação de políticas públicas
Qual a relação do movimento com a Administração Municipal. Há interlocução. Há canais regulares.
Quais políticas públicas ou ações por parte da Administração Municipal foram alcançadas por meio das ocupações. Vocês monitoram as políticas públicas ligadas à moradia.

Fonte: Elaborado pela autora

Esse roteiro permitiu que a condução das entrevistas fosse feita de forma bastante aberta, conjugando a flexibilidade nas respostas e no ajuste de perguntas ao controle por parte do entrevistador (DUARTE, 2005).

5.2 Análise e interpretação dos dados

A análise qualitativa teve como base as quatro entrevistas realizadas, em um total de mais de cinco horas de gravação, que resultaram em mais de 50 páginas de transcrição, realizadas pela própria autora da dissertação.

A análise e interpretação das informações obtidas nas entrevistas foram orientadas pela metodologia criada por Luiz Alberto de Farias em sua tese de doutorado (2006), que se baseia em um roteiro de análise dividido em categorias e subtópicos.

Assim, nosso referencial de análise se deu a partir do roteiro abaixo, que se encontra organizado em três grandes categorias, segmentadas em tópicos de análise que nos permitirão esmiuçar as informações fornecidas pelos entrevistados. Com o intuito de amparar nossas avaliações e observações acerca dos entendimentos dos entrevistados, foram utilizados verbatims extraídos de suas falas ao longo da análise.

Quadro 4 - Roteiro de análise de entrevistas

Comunicação: características gerais
Grau de profissionalização
Mídias/veículos de comunicação e métodos de controle
Papel da comunicação informal
Objetivos, estratégias e opinião pública
Objetivos gerais
Opinião pública atual
Existência de fenômenos de estigmatização e criminalização
O centro da cidade e a escolha dos imóveis
Formulação de políticas públicas
Interlocução com instituições do poder público
Motes <i>versus</i> políticas públicas e monitoramento

Fonte: Elaborado pela autora

5.2.1 Comunicação: características gerais

a) Grau de profissionalização

A forma como a comunicação é gerida, seu grau de profissionalização e as percepções sobre a área divergem bastante entre os entrevistados e seus respectivos movimentos e articuladoras, mas também convergem em vários pontos.

O primeiro ponto de convergência se dá na inexistência de um setor específico de comunicação, que vem acompanhada pela informalidade na execução das atividades de comunicação, que acabam sendo realizadas por integrantes do próprio movimento, sem qualquer tipo de formação na área ou por contatos das lideranças, neste caso, profissionais da área que ocasionalmente fornecem serviços aos movimentos. Em um caso, no entanto, verificamos a presença de equipes de comunicação designadas para projetos de habitação desenvolvidos pelos movimentos. Nelas, as atividades de comunicação eram realizadas por profissionais e estudantes da área de Comunicação.

Apesar da ausência de um setor de comunicação, todos os entrevistados admitiram que a comunicação é hoje uma área estratégica. O que separa, então, os movimentos da profissionalização da área são fatores como a falta de condições financeiras e de adesão do restante das lideranças ao desenvolvimento da área. Interessante notar que, em alguns casos, mesmo reconhecendo sua importância, o entrevistado menciona apenas a necessidade de se ter uma pessoa para cuidar da comunicação e não de um departamento ou setor específico para a área.

É uma área estratégica, importante, mas infelizmente a gente não tem, financeiramente, condição de ter uma pessoa simplesmente assim, pra ficar à disposição só dessa, dessa parte assim, né? [...] Mas a gente gostaria de ter uma pessoa que fizesse as nossas artes, todas essas questões aí, com *photoshop*, né? Mas assim, infelizmente o profissional que mexe com tudo isso e, assim, domina essa área, a hora dele é muito cara. Então pra gente do movimento não tem condição.

Com relação à divisão entre comunicação interna e externa, foi possível notar que ela surge no momento da elaboração de veículos e ações. Embora muitos desses veículos e ações sejam utilizados tanto com o público interno quanto com o público

externo, observamos a presença de mídias diferentes para cada público. Em um dos movimentos, por exemplo, o *site* era muito útil para a comunicação interna, à medida que mantinha disponíveis informações em nível local e nacional para afiliados de todo o país, mas pouco utilizado para fins institucionais.

Outro ponto abordado nesse tópico foi a relação com a grande imprensa, relação essa que se mostrou fonte de muitas divergências. Enquanto uns não acreditavam haver qualquer tipo de relação, outros reportavam relações distintas e bastante extremas. Foram mencionadas muitas queixas, especialmente no sentido de ela distorcer entrevistas e informações fornecidas pelos líderes dos movimentos. Esse contato com a grande imprensa, em geral, partia dos grandes veículos, que procuravam os movimentos para obter entrevistas em momentos em que as ocupações ficavam em evidência.

[...] a gente não tem uma relação assim com a imprensa, né? Às vezes tem algumas pessoas que procuram a gente quando tem assim bastante ocupações, aí eles querem saber quem ocupou, quer mais especular, né?

Por outro lado, todos eles possuíam um bom relacionamento com o jornalismo alternativo e as mídias radicais, com vínculos e parcerias fortes com coletivos como Jornalistas Livres e Mídia Ninja.

Ainda no que diz respeito à relação com a imprensa, existem porta-vozes nos movimentos, mas ferramentas de assessoria de imprensa como *Q&A (Questions and Answers)* e treinamento para mídia não são utilizadas, havendo inclusive uma certa resistência e preconceito com relação a elas, percebidas pelos entrevistados como formas de enganar seus públicos.

[...] não tem nada pra esconder, né? Então, a gente... a pessoa faz a pergunta, a gente responde porque não tem, não tem o que esconder.

b) Mídias/veículos de comunicação e métodos de controle

As mídias indicadas pelos entrevistados foram *internet*, rádio e mídia impressa. No que diz respeito à mídia impressa, foram mencionados veículos como jornal,

boletim e *banner*. O uso desses veículos, no entanto, é condicionado a necessidades pontuais, como por exemplo a realização de atividades ou ações.

Quando a gente faz alguma atividade a gente produz. Quando não a gente vai mais na base de dialogar com as nossas bases.

No único caso em que não se usavam essas mídias e veículos relacionados, o motivo fornecido era a falta de condições financeiras. Com relação ao público, no caso das articuladoras, esses veículos eram endereçados, sobretudo, aos movimentos e entidades afiliadas. Já no caso dos movimentos, em geral, eram voltados para o público interno e os entornos.

Quanto às mídias sociais digitais, enquanto uns não possuíam páginas ou perfis nessas mídias, por não disporem de um profissional ou mesmo por não acreditarem na eficácia desses instrumentos, outros mantinham contas em diferentes mídias sociais, como *facebook* e *instagram* e atribuíam a elas grande valor. Contudo, a gestão das mídias digitais e de seus conteúdos ainda era feita de maneira amadora. O gestor não era um profissional da área e tampouco havia um monitoramento sistemático sobre essas mídias, com características de *clipping*.

Assim como no caso das mídias sociais digitais, o monitoramento e controle sobre o que aparecia na grande mídia acerca das ocupações, quando feito, ainda tinha um tom informal. De modo geral, ele era feito pelos coordenadores, que pesquisavam e compartilhavam as notícias durante as reuniões ou até em plataformas como o *whatsapp*, para que depois pudessem planejar ações em cima dessas informações, como manifestações e atos. Durante as eleições, no entanto, um dos movimentos relatou ter realizado um controle diário bastante meticuloso.

Então, a gente consegue fazer um monitoramento, né? Por exemplo, de eleições, a gente fez um monitoramento, assim, afinado, todos os dias, qual que era a mídia, qual que era as pesquisa, o que que tava pegando. Isso a gente fez.

c) *Papel da comunicação informal*

A comunicação informal é importante para a sobrevivência de qualquer tipo de organização, uma vez que boa parte das mensagens é transmitida fora dos canais de

comunicação formais estabelecidos pela organização. Nos movimentos sociais, esse tipo de comunicação ganha ainda mais notoriedade, haja vista as dificuldades na criação e manutenção dos veículos de comunicação estruturada.

De acordo com os entrevistados, a comunicação informal é importante para o compartilhamento de informações específicas, como por exemplo o andamento de projetos de habitação, mas mais do que isso, ela é essencial para o esclarecimento do que são suas lutas. Neste sentido, ela é fundamental na perspectiva de informar, principalmente, mas não exclusivamente, seu público beneficiário quanto aos seus direitos. Trata-se, portanto, de uma comunicação educativa, conforme estabelecida pelos estudos da Comunicação Comunitária, ainda que muitas vezes não alcance a perspectiva participativa e dialógica no ambiente dos movimentos de moradia.

5.2.2 Objetivos, estratégias e opinião pública

a) Objetivos gerais

Os objetivos dos movimentos diferiam bastante entre si, contudo, suas semelhanças do ponto de vista ideológico nos permitiram identificar duas linhas distintas: uma na qual o que se almeja é a transformação social e outra relacionada à consecução dos objetivos mais imediatos, intimamente ligada ao relacionamento com o poder público.

No primeiro caso, a consecução dos objetivos passaria pelo debate sobre direitos. Assim, a transformação social se daria não só pelo alcance da moradia, mas também pela conquista de outros direitos fundamentais, como saúde e educação. A casa ou apartamento sozinhos, portanto, não seriam suficientes para a mudança na condição de vida dessas pessoas. A transformação social somente seria possível quando a sociedade conhecesse seus direitos. Neste sentido, um dos entrevistados argumenta que o propósito do movimento é formar e informar o cidadão sobre seus direitos e deveres, além de possibilitar que esses cidadãos tenham conhecimento e acesso aos espaços consultivos e de representação da sociedade, como por exemplo os conselhos participativos.

Já para a segunda linha, os objetivos mantêm-se ligados intimamente com aquilo que o poder público pode oferecer no plano da habitação. O que se espera, neste caso, é o cumprimento das promessas feitas nos programas de governo. Segundo um dos entrevistados, o objetivo principal é a produção de habitação de interesse social sob a forma de autogestão. Ainda de acordo com ele, a autogestão permitiria entregar habitação de maior qualidade e que atendesse melhor às necessidades das famílias. Dá-se, aqui, uma das formas dos movimentos sociais competirem com o mercado.

Bom, o nosso objetivo é a produção, né? De habitação de Interesse Social na forma de autogestão. Então, a gente faz a gestão do recurso, a gente produz a casa, porque a gente consegue fazer a casa com qualidade, de maior tamanho, com as famílias participando, com a participação popular, as famílias escolhendo tudo e com o dinheiro que, né? O mesmo dinheiro que a construtora pega ela faz menor, não faz com qualidade, faz do jeito que eles faz e vende pro mercado o dobro do valor.

b) Opinião pública atual

A opinião pública que abordamos aqui é de natureza vaga e transitória, provocada pela disputa de forças e discursos (BOURDIEU, 1973). Desse modo, nossa abordagem da opinião pública teve por objetivo trazer as percepções dos entrevistados sobre o fenômeno como ele é hoje, considerado à luz do debate atual.

Assim, verificamos que a opinião pública acerca das ocupações se transformou bastante ao longo dos anos, de acordo com os entrevistados, deixando de ser expressivamente negativa para começar a dar mostras de uma maior pluralidade. Para alguns a opinião pública hoje parece muito dividida. A classe média, por exemplo, seria ora favorável, ora contrária aos movimentos e às ocupações. Essa volatilidade, por sua vez, estaria ligada à percepção de que as pessoas, de modo geral, assimilariam os movimentos sociais ao Partido dos Trabalhadores.

Então, eu acho que tem uma parte da sociedade que adere, né? E tem uma parte da sociedade que enxerga como invasores, enxerga como oportunistas, fala que quer pegar fila, que quer pegar fila do outro, né?

*

Então, eles assimilam muito movimentos sociais, todos, urbano e rural, com o Partido dos Trabalhadores. Então, né? Da mesma forma que eu criminalizo 'o PT é ladrão', aí eles falam 'os movimentos também é'.

Contudo, essa percepção da opinião pública atual não é compartilhada por todos. Enquanto uns são otimistas e acreditam que a opinião pública é majoritariamente favorável, outros acreditam no seu total antagonismo aos movimentos. No primeiro caso, os entrevistados mencionaram a percepção positiva que os habitantes e comerciantes dos entornos das ocupações passaram a possuir após conhecerem, de fato, os movimentos.

No primeiro instante, tem aquele impacto do entorno, depois eles acabam vendo, né? Que a gente acaba ajudando a não ter tanto vandalismo como num prédio vazio, entendeu?

*

E teve não só o caso da Nove de Julho, de outros prédios, que nós saímos e o pessoal do entorno fez um abaixo-assinado pra gente voltar, entendeu?

Já no segundo, há um grande pessimismo com relação à opinião pública e sua possível mudança. Esse pessimismo faz com que abandonem qualquer tipo de tentativa de construir uma opinião pública mais favorável aos movimentos e às ocupações.

A maioria, no entanto, vê na construção de uma opinião pública favorável um foco do movimento. Para tanto, utilizam-se de táticas diferentes. Uma das táticas abordadas é a divulgação do trabalho dos movimentos junto aos entornos das ocupações. Outra tática citada foi a participação em conselhos municipais e a apresentação de palestras em faculdades e congressos internacionais.

c) Existência de fenômenos de estigmatização e criminalização

A estigmatização e a criminalização são dois fenômenos que fazem parte do debate sobre movimentos sociais e frequentemente ganham destaque na mídia, impulsionados por uma ação repressiva do aparato policial em ações de despejo e reintegração de posse. Os temas também costumam ser objeto de congressos e seminários promovidos por órgãos governamentais, entidades e academia, na tentativa de abrir o diálogo sobre democratização e direitos para além daquelas vozes tradicionais, como Estado e mídia. Nosso quadro de tradição cultural autoritária, no entanto, persiste em reproduzir estigmas e preconceitos.

A percepção de nossos entrevistados reflete esse cenário e é unânime. Acredita-se que os movimentos sociais de moradia são constantemente vítimas de criminalização e estigmatização tanto por parte do governo quanto por parte da mídia. Alguns exemplos de criminalização citados foram: prisões indevidas, inclusive de um dos entrevistados; e investigações do histórico de todas as lideranças dos movimentos por parte do poder público, que também incitaria as famílias a denunciarem os movimentos. Já a estigmatização ocorreria com os moradores das ocupações, que seriam vistos como 'vagabundos' e 'bandidos' e que, como resultado disso, teriam dificuldades para conseguir emprego, sendo obrigados a ter que mentir sobre seus endereços.

Mas mesmo assim, se eles disserem que moram em ocupação, ah, pode esquecer. Eles não conseguem o emprego. Porque há um preconceito muito grande das famílias que são moradoras de ocupação [...].

Enquanto uns acreditam que esses fenômenos são decorrentes do papel desempenhado pelos movimentos no atendimento das questões sociais frente à omissão do governo e na crença de que esse papel vai contra os interesses do Estado, outros veem a origem disso na divisão social de classes.

Os meios utilizados pelos movimentos sociais para enfrentar tais fenômenos são as denúncias feitas ao Ministério Público, marchas e manifestações.

d) O centro da cidade e a escolha dos imóveis

A escolha pelo centro de São Paulo foi determinada pela percepção de que se trata de uma região com maior infraestrutura e equipamentos urbanos. Além disso, consideram-na uma localidade com alta concentração de empregos, porém baixa densidade demográfica para os padrões da cidade, em virtude da alta concentração de imóveis comerciais e imóveis abandonados, à mercê da especulação imobiliária. Desse modo, a ocupação do centro da cidade serviria para aproximar os trabalhadores dos empregos e do lazer e possibilitar o cumprimento da função social da propriedade.

A escolha dos imóveis do ponto de vista estratégico obedeceria a critérios distintos, de acordo com cada movimento. Há aqueles que optam por ocupar prédios

com maior visibilidade pública, normalmente próximos a órgãos públicos, como a Secretaria da Fazenda, Secretaria de Segurança Pública, Banco Nacional etc. Outros escolhem os imóveis de acordo com sua função social, avaliando os motivos do prédio estar fechado e o tempo. Outro critério seria a escolha somente de imóveis com decreto de interesse social, pois acreditam que haveria mais chances de transformar o imóvel em habitação social.

5.2.3 Formulação de políticas públicas

a) Interlocução com instituições do poder público

A relação dos movimentos sociais com a Administração Municipal depende, sobretudo, do tipo de gestão que está no poder, segundo os entrevistados. A última gestão, de Fernando Haddad (2013-2016), por exemplo, foi elogiada pela maioria, embora tenha sofrido algumas críticas, com relatos de uma relação conflituosa, o que mostra que mesmo em governos populares há divergências e disputas.

De modo geral, a interlocução se dá por dois caminhos, ambos no plano institucional: (i) vínculo com servidores públicos e agentes políticos e (ii) participação em conselhos municipais, sobretudo o Conselho Municipal de Habitação. No primeiro caso, as lideranças dos movimentos dispõem de contato direto com servidores públicos - que em muitos casos são membros dos próprios movimentos - e agentes políticos de alta hierarquia, como o Secretário de Habitação e mobilizariam esses contatos para a consecução de seus objetivos. No segundo caso, o acesso ao poder público se daria pela participação nos conselhos.

Assim, por exemplo, pra mim conseguir uma reunião com o prefeito, eu trabalho no governo, eu trabalho lá com a deputada XXXX [...]. E aí, é através dela, eu consigo marcar uma agenda. Mando um ofício pelo gabinete e marco, assim, uma reunião. [...] Se você não tiver um vínculo com alguém, é muito difícil você falar, né?

*

Eu tenho o telefone celular do Secretário de Habitação aqui. Eu tenho.

*

Geralmente, que nem, agora nessa gestão Haddad, o pessoal que foi trabalhar lá é o pessoal da FLM, o pessoal do UMM, entendeu? Que estão lá

dentro, foram nomeados pra isso, pra acompanhar. E os conselhos. Nós temos, fazemos parte de todos os conselhos municipais que aparecem, pra acompanhar todas as áreas.

b) Motes versus políticas públicas e monitoramento

No que concerne à eficácia das ocupações em termos de políticas públicas, os movimentos sociais garantiram que obtiveram algumas conquistas ao longo dos anos. De acordo com uma das entrevistadas, quando os movimentos começaram não havia levantamento de terras, recursos ou programas. Hoje tudo isso já foi feito, inclusive a criação de um programa federal de habitação, o programa Minha Casa Minha Vida, como já foi visto no capítulo 3. Por meio da ação dos movimentos foi possível trazer o programa, juntamente com sua vertente ligada às entidades privadas sem fins lucrativos, o Minha Casa Minha Vida Entidades, para a Cidade de São Paulo. Além disso, foram obtidas as compras de prédios e de unidades habitacionais no centro e a abertura de cadastros para a Cohab e a CDHU. Paralelamente, no campo da saúde, foi criada uma parceria de uma das articuladoras com o SUS, onde médicos atenderiam dentro das ocupações.

Haja vista a importância dessas políticas públicas para os movimentos, há um monitoramento constante, seja por meio dos conselhos ou de reuniões com as articuladoras – este último no caso dos movimentos que não se encontram representados nos conselhos, como é o caso do MMC.

5.3 Considerações sobre a análise

Com o propósito de permitir o estabelecimento de algumas observações sobre a análise, organizamos e sintetizamos as principais considerações obtidas a partir das entrevistas em profundidade na Quadro 5.

Quadro 5 - Síntese da análise das entrevistas

Tópicos	Respostas
Grau de profissionalização	<ul style="list-style-type: none"> • Inexistência de um setor de comunicação. • Informalidade na execução das atividades de comunicação. • Comunicação como área estratégica. • Divisão entre comunicação interna e externa na elaboração de atividades e ações. • Bom relacionamento com jornalismo alternativo. • Contato com a grande imprensa, geralmente, é iniciado pela própria imprensa. • Ausência de ferramentas de assessoria de imprensa, como Q&A e treinamento para mídia.
Mídias/veículos de comunicação e métodos de controle	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Internet</i>, rádio e mídia impressa (jornal, boletim, <i>banner</i>). • Uso de mídias/veículos condicionado à realização de atividades e ações. • Gestão de mídias sociais digitais é ainda amadora, sem a presença de profissionais da área e monitoramento sistemático. • Informalidade no monitoramento sobre o que aparece na grande mídia acerca das ocupações.
Papel da comunicação informal	<ul style="list-style-type: none"> • Compartilhamento de informações referentes ao andamento de projetos de habitação. • Esclarecimento do que são as lutas e direitos dos ocupantes.
Objetivos gerais	<ul style="list-style-type: none"> • Transformação social. • Formar e informar os ocupantes sobre seus direitos e deveres. • Produção de habitação de interesse social sob a forma de autogestão.
Opinião pública atual	<ul style="list-style-type: none"> • Mudança favorável na opinião pública ao longo dos anos, embora ainda diverjam bastante com relação à opinião pública atual. • Percepção positiva do entorno das ocupações. • Foco na construção de uma opinião pública favorável.
Existência de fenômenos de estigmatização e criminalização	<ul style="list-style-type: none"> • Movimentos sociais são vítimas de estigmatização e criminalização. • O embate contra esses dois fenômenos é feito por meio de denúncias ao Ministério Público e manifestações.
O centro da cidade e a escolha dos imóveis	<ul style="list-style-type: none"> • O centro é uma área com grande infraestrutura e equipamentos urbanos, além de alta concentração de empregos e imóveis abandonados. • Escolha dos imóveis depende da visibilidade do imóvel, sua função social e da presença de decreto de interesse social.
Interlocução com instituições do poder público	<ul style="list-style-type: none"> • Vínculo com servidores públicos e agentes políticos. • Participação em conselhos.

Tópicos	Respostas
Motes <i>versus</i> políticas públicas e monitoramento	<ul style="list-style-type: none"> • Criação do Programa Minha Casa Minha Vida Entidades. • Compra de prédios e unidades habitacionais. • Abertura de cadastros para Cohab e CDHU. • Monitoramento constante é feito por meio dos conselhos e de reuniões com as articuladoras.

Fonte: Elaborado pela autora

5.3.1 Comunicação: características gerais

Embora os movimentos reconheçam a comunicação como uma área estratégica, sua prática ainda é alicerçada na comunicação funcional. As atividades e ferramentas de comunicação são executadas informalmente, sem seguir qualquer tipo de planejamento. O que se percebe é que, apesar do entusiasmo e da boa vontade dos entrevistados com relação à comunicação, há um certo desconhecimento sobre as práticas da área. A maioria confunde a comunicação com seus instrumentos.

5.3.2 Objetivos, estratégias e opinião pública

Além da produção de habitação social, os movimentos também almejam a transformação social. Para alcançar esse objetivo, o debate sobre os direitos constitucionais dos cidadãos é essencial. Neste sentido, os movimentos agem como atores de comunicação pública, ao desempenharem o papel do Estado na discussão e na comunicação desses direitos.

No que diz respeito à opinião pública, a percepção dos entrevistados é bastante divergente, embora haja quase um consenso quanto a sua melhora ao longo dos anos. Há que se pontuar, no entanto, que algumas vezes a percepção sobre a opinião pública esteve profundamente ligada à percepção que acreditam que os entornos tenham sobre as ocupações. Acredita-se que nos entornos os movimentos sejam bastante estimados.

Assim, embora reconheçamos a importância da relação dos movimentos com seus entornos, quando consideramos seus objetivos no sentido de melhorar a opinião

pública em seu favor, os habitantes e comerciantes dos entornos das ocupações tratam-se de um público bastante limitado.

5.3.3 Formulação de políticas públicas

A partir das eleições de 1988, vencidas pela prefeita Luiza Erundina, os movimentos sociais passaram a dispor de uma interlocução com o poder público antes impraticável, e cada vez mais obtiveram espaço nas instituições do governo, sobretudo nas gestões populares, como vimos no capítulo 3. A participação nesses espaços institucionais tornou-se fundamental para a consecução dos objetivos dos movimentos, embora alguns dos entrevistados tenham reportado o fato de que essa participação muitas vezes não se reverta em resultados.

Assim, entendemos que a realização das ocupações, juntamente com a penetração no campo institucional, possibilitou o êxito na formulação de políticas públicas que favorecessem as demandas dos movimentos.

Podemos perceber, desse modo, a importância das ações dos movimentos de moradia no campo político. Seu impacto na formação da opinião pública sobre a causa da moradia, entretanto, ainda não está claro.

6 PESQUISA DE OPINIÃO PÚBLICA

O presente capítulo busca apontar a relação dos paulistanos com os movimentos sociais de moradia e as ocupações, sobretudo no que diz respeito às formas pelas quais esses indivíduos obtêm informações sobre esses movimentos e ações e a opinião que manifestam em relação a eles.

Uma vez que já conhecemos os níveis de organização dos movimentos sociais de moradia do centro em termos de comunicação e as percepções de suas lideranças sobre a questão da opinião pública, cabe agora identificar o alinhamento entre essas percepções e a opinião dos paulistanos, bem como a comunicação, principalmente externa, realizada pelos movimentos e a comunicação que de fato alcança a população de modo geral.

Assim, iniciaremos o capítulo descrevendo a abordagem metodológica adotada para a realização da pesquisa empírica para que, em seguida, possamos relatar, descrever e analisar os dados obtidos por meio dela.

6.1 Descrição da metodologia de pesquisa

6.1.1 Objetivos

Nosso objetivo principal para a realização dessa pesquisa é averiguar a opinião dos paulistanos com relação aos movimentos de moradia e às ocupações da região central da Cidade de São Paulo.

Identificamos durante o capítulo 3 que a maneira com que essas pessoas obtiveram seus conhecimentos sobre as ocupações e os movimentos sociais de moradia é importante para uma análise a respeito da opinião, visto que os meios de comunicação têm um papel fundamental em sua formação, por meio de suas diferentes narrativas. Isto posto, como objetivo secundário, buscamos verificar como esses indivíduos obtiveram informações a respeito das ocupações e dos movimentos

sociais de moradia, se por meio da comunicação formal e informal dos próprios movimentos ou de outros atores e emissores de mensagens.

Além disso, pretende-se conhecer outros fatores que influenciam na formação da opinião desses indivíduos e como eles se relacionam com a opinião. Paralelamente, buscaremos investigar a existência de dois fenômenos que supostamente incidem sobre os indivíduos que fazem parte de ocupações e movimentos sociais: a estigmatização e a criminalização.

6.1.2 Tipo de pesquisa

Em relação à abordagem metodológica, adotou-se a pesquisa de natureza quantitativa. No âmbito acadêmico nacional, o desenvolvimento desse tipo de pesquisa, sobretudo na área de comunicação, ainda é modesto. Embora existam diversos tipos de métodos quantitativos voltados para as ciências sociais, ainda persiste certa desconfiança no que concerne às suas métricas (RAMOS, 2013). O caso das pesquisas de opinião ilustra bem essa questão. Apesar de ser um método bastante popular, especialmente no mercado e na política, ainda existe toda uma discussão em torno de sua capacidade de captar algo tão incerto como a opinião, conforme observamos no capítulo 4.

A metodologia de pesquisa do tipo quantitativa envolve, de modo geral, a identificação de um problema e a formulação de hipóteses por meio da teoria, que orientará o processo de coleta de dados e, em última instância, o teste de hipóteses. Para sua aplicação, as hipóteses formuladas necessitam ser convertidas em conceitos, que por meio de um processo conhecido pelos pesquisadores da área como operacionalização, são transformados em medidas. Essas medidas então são tratadas como variáveis, fundamentais para o teste de hipóteses (BRYMAN, 1989).

A construção de uma estrutura conceitual teórica robusta é essencial para a operacionalização de uma pesquisa quantitativa. De acordo com Jeffrey Draine e Phyllis Solomon (2010, p. 32, tradução nossa), “uma forte estrutura conceitual assegura que um projeto de pesquisa quantitativo seja sobre ideias relevantes em vez de simplesmente sobre números”.

Dentro da abordagem quantitativa, foi adotado o método de pesquisa descritiva, cujo foco é a descrição das características de uma amostra e da relação entre fenômenos, eventos e situações observadas pelo pesquisador, promovendo um melhor entendimento sobre o tema em questão (RUBIN; BABBIE apud BENDER; TRIPODI, 2010). Segundo Kimberly Bender e Stephen Tripodi (2010), a pesquisa descritiva ou exploratória não se propõe a concluir como determinadas variáveis preveem outras por meio de modelos de regressão, mas sim revelar variáveis importantes e compreender como essas variáveis se relacionam entre si. As hipóteses visam às correlações e associações e não às relações causais. Assim, além de determinar a distribuição das variáveis e do perfil da amostra, a pesquisa descritiva envolve também a avaliação de possíveis padrões de relação entre variáveis (YEGIDIS; WEINBACH apud BENDER; TRIPODI, 2010).

A fase atual dos estudos sobre movimentos sociais em sua interface com a comunicação, especificamente movimentos sociais de moradia responsáveis por ocupações, ainda pode ser caracterizada como exploratória, em virtude do baixo nível de evidências e mesmo de estudos na área, o que justifica nossa escolha pela pesquisa descritiva.

Para a execução da pesquisa descritiva, foi adotado o método de *survey*, compreendido aqui como “um método sistemático de coleta de informação de (uma amostra de) indivíduos com os propósitos de construir descritivos quantitativos de atributos de uma população da qual esses indivíduos são membros” (GROVES et al., 2009, p. 2, tradução nossa). São geralmente descritivas, feitas a partir de cortes transversais sobre determinado universo. Seus dados são essencialmente quantitativos, embora seja possível gerar também informações de natureza qualitativa (HUTSON; KOLBE, 2010).

Como método de pesquisa aplicada para as relações públicas, optamos pela pesquisa de opinião, cujo objetivo é identificar a opinião de um público a respeito de questões específicas (LOPES; PENAFIERI, 2011). Consideramos esse método apropriado por contribuir com o enriquecimento do saber sobre nosso objeto de estudo e por aumentar a qualidade da informação a seu respeito. Além disso, acreditamos que tal método adiciona objetividade à pesquisa. Por objetividade não entendemos a ausência de prioridades e juízos de valor, uma vez que a própria escolha do tema já é orientada por ambos. A objetividade de que tratamos refere-se a um processo de

observação estratégico e sistemático, que oferece novas perspectivas e conduz a diferentes direções (DRAINE; SOLOMON, 2010). Assim, a sistematização dos dados oferece ganhos para a própria teoria, à medida que retira certos desvios e permite novos olhares sobre o objeto.

6.1.3 Hipóteses de pesquisa

Como explicitado anteriormente, a pesquisa quantitativa testa hipóteses. São elas que, juntamente com os objetivos, orientam o levantamento de dados e guiam a construção do instrumento de pesquisa.

Sendo assim, a partir de uma reflexão feita sobre a revisão de literatura e os resultados obtidos com a pesquisa qualitativa realizada junto às lideranças dos movimentos sociais foram criadas as seguintes hipóteses:

Hipótese 1: A posse de um imóvel influencia a avaliação que os paulistanos fazem das ocupações.

Neste caso, buscamos verificar se o fato de uma pessoa possuir um imóvel resulta na desaprovação das ocupações. Entendemos que a narrativa do direito à propriedade privada ainda possui um impacto muito alto na avaliação que a população faz sobre movimentos sociais que colocam tal direito em xeque.

Hipótese 2: Morar perto de uma ocupação influencia a avaliação que os paulistanos fazem dos movimentos de moradia e das ocupações.

Neste caso, procuramos investigar se o fato de uma pessoa morar próximo de uma ocupação tem impacto na aprovação ou desaprovação dessas ocupações. A partir da pesquisa qualitativa, observamos a percepção de algumas lideranças de movimentos de que pessoas que moram perto de ocupações, a longo prazo, tendem a ser favoráveis a elas.

Hipótese 3: Quanto maior o contato com ocupações e seus participantes e representantes, maior o índice de aprovação sobre as ocupações.

Na esteira da hipótese anterior, procuramos verificar se o fato de uma pessoa ter contato, seja de qualquer natureza, com ocupantes e representantes desses movimentos sociais faz aumentar a probabilidade dessa pessoa ser favorável às ocupações.

Hipótese 4: A exposição às mídias e veículos de comunicação dos movimentos sociais de moradia influencia a avaliação que os paulistanos fazem das ocupações.

Neste caso, buscamos verificar se a exposição às mídias mobilizadas para a comunicação externa realizada pelos movimentos sociais tem uma relação positiva ou negativa com a aprovação das ocupações.

Hipótese 5: Conhecer os movimentos de moradia por meio das grandes mídias corporativas influencia negativamente a avaliação que os paulistanos fazem das ocupações.

Neste caso, buscamos verificar se o fato de as pessoas se informarem por meio das mídias corporativas, de modo geral contrárias às ocupações, como vimos anteriormente no capítulo 3, faz com que tenham uma opinião negativa com relação às ocupações.

6.1.4 Método de coleta de dados

A pesquisa baseou-se em levantamento de dados primários, por meio da aplicação de questionário semiestruturado. Como métodos de coleta de dados, foram definidos dois tipos diferentes, com o intuito de minimizar custos e/ou erros por meio da combinação de métodos (GROVES et al., 2009): (i) entrevistas pessoais e (ii) pesquisas via autopreenchimento *online*.

O primeiro método contemplou a maior parte da amostra, com um total de 281 entrevistas. Acreditamos que esse método seja o mais adequado, levando-se em consideração as características de nosso universo, bastante heterogêneo em função do elevado número de elementos e disperso em termos territoriais. Assim, o grande

alcance, a possibilidade de atingir grupos minoritários e o alto índice de respostas são atributos favoráveis à escolha desse método (NOVELLI, 2005). Além disso, as informações obtidas em entrevistas pessoais são, em geral, consideradas mais confiáveis e precisas que as de outros métodos (BEEBE et al. apud HUTSON; KOLBE, 2010).

Já o segundo método utilizado foi escolhido em função de alguns aspectos bastante úteis para nosso trabalho, como a inexistência do viés do entrevistador e a conveniência para o entrevistado (NOVELLI, 2005). O total de entrevistas realizadas por meio desse método foi de 105.

6.1.5 Amostra

Baseado em cálculos estatísticos⁸, o total estabelecido para nossa amostra foi de 384 entrevistas, com nível de confiança de 95% e margem de erro de 5%.

Conforme exposto na seção anterior, esse total foi dividido em dois tipos de métodos de coleta. Tal divisão acompanhou também uma segmentação nas técnicas amostrais. Assim, a pesquisa seguiu dois tipos diferentes de técnicas amostrais: (i) amostra em múltiplos estágios e (ii) amostra por conveniência.

A amostra em múltiplos estágios foi utilizada para as entrevistas pessoais e compõe a maior parte de nossa amostra. Seu objetivo é combinar diferentes tipos de amostragem utilizando as vantagens de cada uma (ABEP).

A primeira etapa se deu por meio de uma amostragem por conglomerados, escolhida em virtude de sua eficiência em relação ao tempo, uma vez que ela “permite fazer várias entrevistas numa mesma unidade geográfica” (ALMEIDA, 2003, p. 55). Resumidamente, essa técnica é uma adaptação da amostra aleatória simples, onde os indivíduos são substituídos por conglomerados - unidades que aglomeram pessoas, aos quais se aplicam o mesmo princípio de aleatoriedade (ABEP).

Para nossa pesquisa, a seleção da amostra por conglomerados foi definida a partir de um levantamento de regiões, prefeituras regionais e distritos, disponibilizado

⁸ Foi adotado o cálculo amostral para amostras aleatórias com o objetivo de estimar médias ou proporções, disponível no site <<https://www.netquest.com/blog/br/blog/br/qual-e-o-tamanho-de-amostra-que-preciso>> Acesso em 15 fev 2017.

pela Prefeitura do Município de São Paulo e o Instituto Geográfico e Cartográfico do Estado de São Paulo. Foram listados um total de 96 distritos, conforme pode ser visto no Anexo A. Dos 96 distritos, foram sorteados 5 para a execução da pesquisa, todos localizados na Cidade de São Paulo, nosso universo de pesquisa: Alto de Pinheiros, República, Santana, Tatuapé e Vila Mariana.

A segunda etapa consistiu em uma amostra de tráfego ou pontos de fluxo, onde “os elementos da amostra são selecionados em pontos de grande circulação de pessoas” (LOPES; PENAFIERI, 2011, p. 295). Os locais específicos para a aplicação das entrevistas pessoais foram escolhidos por conveniência, em geral, lugares de fácil acesso, como parques e praças. A escolha dessa técnica foi feita devido ao seu baixo custo, segurança e rapidez.

Já a segunda técnica amostral empregada foi a amostra por conveniência. Trata-se de uma amostra não-probabilística, que consiste na seleção de uma amostra que seja acessível e, portanto, desassociada do princípio de aleatoriedade. Foi escolhida para a amostra proveniente das entrevistas via autopreenchimento *online*, em função de sua rapidez e facilidade operacional (Ibid). Sua aplicação se deu por meio de formulário criado na plataforma digital *Google Docs*, distribuído via *Facebook*.

Para efeitos de tabulação e posterior análise, reunimos ambas amostras, que juntas totalizaram 386 entrevistas. Entendemos que a utilização de uma amostra única maior nos possibilitou obter números mais significativos, com *sustentação científica empírica, ainda que abrindo mão de sustentação estatística*.

6.1.6 Elaboração do formulário da pesquisa

Diversas análises foram realizadas com vistas à consolidação do questionário, de forma que as hipóteses e objetivos da pesquisa estivessem traduzidos nas perguntas do formulário de pesquisa.

Após revisões, foi realizado o pré-teste com o questionário preliminar entre os dias 04 e 07 de março de 2017. A versão preliminar então foi revisada e sua versão final, disponível no Anexo B, foi aprovada em 20 de março de 2017.

6.2 Pesquisa de campo

6.2.1 Características e período de realização

O total de entrevistas planejado foi alcançado, contabilizando a amostra de 386 casos, dentre entrevistas pessoais e pesquisas via autopreenchimento *online*, durante o período de 2 de abril a 13 de maio de 2017.

Para as entrevistas pessoais, foram contratados quatro entrevistadores. Com o objetivo de garantir a homogeneidade de critérios no momento da aplicação dos questionários, foi mantida a mesma equipe de entrevistadores para todos os cinco dias de pesquisa. Esses profissionais já possuíam experiência prévia na área e foram treinados pela autora da dissertação com vistas à padronização, de modo a evitar problemas de confiabilidade na pesquisa (HUTSON; KOLBE, 2010). A aplicação dos questionários pela equipe foi feita sob supervisão da autora.

6.2.2 Tabulação dos dados

Uma vez terminado o trabalho de campo, os questionários foram submetidos à verificação quanto à consistência dos dados. Assim que foram aprovados, foi feita a digitação e tabulação dos dados, gerando um banco de dados de 200 *kilobytes*.

6.3 Resultados e análise dos dados

Esta seção apresenta os resultados obtidos na pesquisa de campo e a análise dos dados com base na amostra de 386 entrevistas, por meio de estatística descritiva. A estatística descritiva é um ramo da estatística que envolve o cálculo de parâmetros para descrever uma amostra ou população. Os dados disponíveis utilizados para esse cálculo servem, então, para agregar características. Ela envolve ainda a especificação de relações entre uma ou mais variáveis. Sua característica determinante é o fato de que seu produto é um relatório, facilmente acessível, e não uma inferência (STOCKS, 2010).

Assim, primeiramente apresentaremos o perfil dos respondentes, para que, então, sejam descritos os resultados das questões do formulário de pesquisa. Importante lembrar que tais dados devem ser observados sempre tendo em mente a margem de erro identificada para a amostra, neste caso, uma margem de erro de 5%. Para fins de análise, a margem de erro significa que a estimativa pontual pode apresentar uma variação de 5%, tanto para cima quanto para baixo.

Finalmente, os dados serão explorados em vista das hipóteses e dos objetivos elaborados no início deste capítulo, bem como dos objetivos da pesquisa geral. Para tanto, utilizaremos a tabulação cruzada, que nos permitirá identificar relações entre variáveis.

6.3.1 Perfil dos respondentes

Conforme apresentado na Tabela 1, a amostra é composta por uma maioria de mulheres (58%). As faixas de idade com o maior número de entrevistados são de 19 a 29 anos (29%) e 30 a 39 anos (28%).

No que diz respeito ao grau de escolaridade, a maioria (66%) possui no mínimo o Ensino Superior Incompleto. Apenas 34% tem somente a educação básica, que equivale às primeiras etapas de educação formal, chegando até o ensino médio.

Em termos de distribuição espacial⁹, a maior parte da amostra reside nas regiões Norte, Sul e Leste (63%).

⁹ No questionário, os entrevistados responderam o bairro onde residiam. Para a criação de um perfil dos respondentes, optamos por agrupar esses bairros em regiões, de acordo com mapas da prefeitura, disponíveis no site e buscas no *Google* dos bairros que não constavam nos mapas, dando preferência para os *sites* de imobiliárias.

Tabela 1 – Perfil dos respondentes por gênero, idade, grau de escolaridade e região

Perfil dos respondentes	Frequência absoluta	Frequência relativa
Gênero		
Feminino	222	58%
Masculino	164	42%
Faixa de Idade		
16 a 18 anos	11	3%
19 a 29 anos	111	29%
30 a 39 anos	107	28%
40 a 49 anos	60	15%
50 a 59 anos	60	15%
60 anos ou mais	31	8%
Não respondeu	6	2%
Grau de Escolaridade		
Fundamental Incompleto	7	2%
Fundamental Completo	12	3%
Médio Incompleto	15	4%
Médio Completo	99	25%
Superior Incompleto	45	12%
Superior Completo	124	32%
Pós-graduação Incompleto	12	3%
Pós-graduação Completo	72	19%
Região		
Norte	95	24%
Sul	80	21%
Leste	68	18%
Oeste	44	11%
Central	38	10%
Não respondeu	61	16%

Fonte: Elaborado pela autora

Com o intuito de traçar um perfil mais robusto sobre nossa amostra, incluímos ainda outros atributos que acreditamos que possam oferecer novas contribuições a respeito do tema, a partir de dados obtidos na pesquisa bibliográfica e na pesquisa qualitativa previamente realizada. Assim, na construção do perfil dos respondentes incluímos a posse ou não de imóvel próprio e a localização da residência dos respondentes em relação às ocupações como variáveis, conforme podemos observar na Tabela 2. Como resultado, obtivemos que 55% dos entrevistados possuem casa

própria. Quanto à localização, 79% moram longe de ocupações, enquanto apenas 17% disseram morar perto.

Tabela 2 – Perfil dos respondentes por posse de imóvel e localização

Perfil dos respondentes	Frequência absoluta	Frequência relativa
Possui imóvel?		
Sim	211	55%
Não	173	45%
Mora perto de ocupação?		
Sim	66	17%
Não	303	79%
Não sabe/Não respondeu	17	4%

Fonte: Elaborado pela autora

6.3.2 Resultados das questões do formulário de pesquisa

A Tabela 3 mostra os meios pelos quais os respondentes conheceram as ocupações, com destaque para a televisão (33%), jornal ou revista (18%) e redes sociais digitais (16%). Respondentes que citaram palestras, congressos ou que não responderam somaram apenas 1% e, portanto, não estão listados na tabela. Dentre os entrevistados que responderam a opção “Outro”, 54 disseram que conheceram essas ocupações pessoalmente, seja por morar ou trabalhar próximo, por andar pelo centro ou mesmo por meio de manifestações desses movimentos sociais.

Tabela 3 – Como os respondentes conheceram as ocupações

Meios	Frequência Absoluta	Frequência Relativa
Televisão	251	33%
Jornal ou revista	137	18%
Redes sociais digitais	125	16%
Amigos/conhecidos	70	9%
Grandes portais da web	50	7%
Jornalismo independente	35	5%
Blog	17	2%
Outros	70	9%

Fonte: Elaborado pela autora

Com relação à frequência com que os respondentes veem notícias sobre as ocupações, é possível observar na Tabela 4 que a opção “Com pouca frequência” é aquela que aparece mais vezes tanto no âmbito dos grandes meios de comunicação quanto no das redes sociais digitais, com 34% e 31% das respostas, respectivamente. Isso nos mostra que o tema ainda é pouco debatido nas mídias.

Tabela 4 – Frequência com que os respondentes veem notícias sobre ocupações nos grandes meios de comunicação e nas redes sociais digitais

Frequência	Grandes meios de comunicação		Redes sociais digitais	
	Frequência Absoluta	Frequência Relativa	Frequência Absoluta	Frequência Relativa
Sempre	48	12%	33	9%
Com bastante frequência	79	20%	59	15%
Às vezes	112	29%	81	21%
Com pouca frequência	130	34%	121	31%
Nunca	14	4%	71	18%
Não sabe/não respondeu	3	1%	21	6%

Fonte: Elaborado pela autora

Assim, quando perguntamos se os entrevistados conheciam algum movimento social de moradia, 45% afirmaram conhecer pelo menos um, enquanto 52% afirmaram não conhecer nenhum, como mostra o gráfico abaixo.

Gráfico 1 – Conhece algum movimento social de moradia

Fonte: Elaborado pela autora

Dentre os movimentos sociais de moradia mencionados pelos respondentes, o MST foi o movimento que mais apareceu, com 80 menções, embora não seja propriamente um movimento social de moradia, mas um movimento de luta por terra e reforma agrária. Outros dois movimentos sociais bastante citados foram o MTST e a FLM. Não constam na Tabela 5 aqueles que foram mencionados apenas uma vez.

Tabela 5 – Lista de movimentos sociais citados pelos respondentes

Movimentos sociais de moradia	Quantidade de menções
MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra)	80
MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto)	36
FLM (Frente de Luta por Moradia)	18
Teto Brasil	4
MDM (Movimento pelo Direito à Moradia)	3
MMPT (Movimento de Moradia para Todos)	3
MSTU (Movimento dos Sem-Terra Urbanos de Mauá)	3
MNLM (Movimento Nacional de Luta por Moradia)	2

Fonte: Elaborado pela autora

No que diz respeito à comunicação estruturada em meios impressos, especialmente aqueles mais comuns na prática dos movimentos sociais, como jornais, boletins, panfletos e cartazes, a maior parte dos entrevistados (66%) afirmou nunca ter visto qualquer uma dessas mídias, como mostra o gráfico abaixo.

Gráfico 2 – Já viu jornal, panfleto, boletim, cartaz desses movimentos

Fonte: Elaborado pela autora

Dentre aqueles que já viram alguma dessas mídias, os mais mencionados foram os panfletos, com 31 menções e os cartazes, com 21 menções. Não constam na tabela aquelas que foram mencionadas apenas uma vez.

Tabela 6 – Lista de mídias impressas mais citadas pelos respondentes

Mídias	Quantidade de menções
Panfleto	31
Cartaz	21
Jornal	6
Boletim	3
Faixa	3

Fonte: Elaborado pela autora

Com relação à comunicação digital, 87% afirmaram nunca ter acessado *blogs*, *sites* ou redes sociais digitais desses movimentos sociais, como é possível verificar no gráfico abaixo.

Gráfico 3 – Já acessou blog, *site* ou redes sociais digitais desses movimentos

Fonte: Elaborado pela autora

Dentre as mídias digitais já acessadas pelos respondentes, as redes sociais digitais foram as mais mencionadas (20), com destaque para o *Facebook*, citado 12 vezes. Não constam na Tabela 7 aquelas que foram mencionadas apenas uma vez.

Tabela 7 – Lista de mídias *online* mais citadas pelos respondentes

Mídias	Quantidade de menções
Redes sociais digitais	20
<i>Sites</i>	11
<i>Blogs</i>	2

Fonte: Elaborado pela autora

Quando perguntados se conheciam ou se já haviam tido contato com pessoas que fizessem parte de ocupações, 69% dos entrevistados afirmaram nunca terem tido contato, enquanto 29% responderam que já conheceram pessoas que participaram ou participavam de ocupações.

Gráfico 4 – Já teve contato com pessoas que façam parte de ocupação

Fonte: Elaborado pela autora

A maioria também nunca havia presenciado uma ocupação de prédio (75%), como mostra o Gráfico 5.

Gráfico 5 – Já presenciou ocupação de prédio

Fonte: Elaborado pela autora

O grau de influência dos movimentos sociais de moradia na tomada de decisão do poder público a respeito das questões envolvendo, principalmente, mas não exclusivamente, a habitação popular, foi mensurado por meio de uma escala de zero a dez, onde zero significa que os movimentos não têm qualquer influência e dez significa que os movimentos têm muita influência, conforme mostra o Gráfico 6.

Nele, é possível notar que a maior parte acredita que os movimentos sociais influenciam de alguma maneira, uma vez que as respostas se encontram concentradas no lado direito do gráfico (63% da amostra), ou seja, nos números a partir de 5.

Gráfico 6 – Grau de influência dos movimentos sociais de moradia na tomada de decisão do poder público

Fonte: Elaborado pela autora

Com relação à aprovação ou desaprovação da prática de ocupação de prédios nas regiões periféricas de São Paulo, é possível observar que a maioria é contrária às ocupações nessas regiões (57%), como mostra o gráfico abaixo.

Gráfico 7 – Índice de aprovação/desaprovação das ocupações nas periferias da Cidade de São Paulo

Fonte: Elaborado pela autora

Do mesmo modo, a maioria (60%) se mostra contrária às ocupações na região central da Cidade de São Paulo. O nível de aprovação, por sua vez, permanece o mesmo para os dois casos (32%).

Gráfico 8 – Índice de aprovação/desaprovação das ocupações no centro da Cidade de São Paulo

Fonte: Elaborado pela autora

Finalmente, compilamos na Tabela 8 as palavras que para os respondentes representavam os movimentos sociais de moradia. Uma vez que a quantidade total de palavras mencionadas foi bastante longa, foram listadas aqui apenas aquelas mencionadas cinco vezes ou mais, sendo que os sinônimos se encontram agrupados. Como é possível observar, as duas palavras mais citadas foram “luta” (29) e “necessidade” (19), termos aparentemente positivos. No entanto, podemos notar que muitas palavras negativas foram associadas a esses movimentos, tais como “bagunça”, “desordem”, “oportunismo” e “desrespeito”

Tabela 8 – Lista de palavras que representam os movimentos sociais de moradia para os respondentes

Palavras	Quantidade de menções
Luta	29
Necessidade	19
Baderna/Bagunça/Desordem	16
Direito	16
Justiça	11
Oportunismo	11
Desigualdade	9
Desrespeito	9
Igualdade	9
Resistência	8
Desemprego	6
Desorganização	5
Manipulação	5

Fonte: Elaborado pela autora

6.3.3 Relações entre variáveis

Com base nas hipóteses, nos objetivos da pesquisa e em clivagens que se sobressaíram durante a tabulação simples dos dados, foram realizados cruzamentos entre diferentes questões¹⁰, com o intuito de determinar as principais variáveis no que concerne à opinião dos paulistanos a respeito das ocupações.

Dentre os mais de 20 cruzamentos realizados, são apresentados a seguir apenas aqueles alinhados com as hipóteses de pesquisa, bem como aqueles que evidenciam outros fatores importantes na formação da opinião desses indivíduos¹¹. Para simplificar as comparações, foram retiradas da tabela as opções “Não sabe/Não respondeu”, em função do baixo número de respostas.

Assim, a primeira relação entre variáveis gerada foi a relação entre a posse de imóvel e a avaliação com relação às ocupações nas periferias da cidade, como é possível observar na Tabela 9. Dentre as pessoas que possuem imóvel, 64% desaprovam as ocupações nas periferias da cidade, enquanto apenas 37% aprovam. Essas proporções se invertem quando examinamos as pessoas que não possuem imóveis, sendo que 63% aprovam as ocupações, enquanto 36% não desaprovam.

¹⁰ A tabulação cruzada foi feita em dois programas de computador: Microsoft Excel e Stata.

¹¹ Não são apresentados alguns cruzamentos em função de limitações com relação a alguns dados, que por serem muito restritivos não nos permitem fazer inferências.

Tabela 9 – Índice de aprovação/desaprovação das ocupações nas periferias por Posse de Imóvel

Avaliação	Imóvel	
	Possui	Não possui
Aprova	37%	63%
Desaprova	64%	36%
Geral	55%	45%

Fonte: Elaborado pela autora

Quando analisamos essa mesma relação, variando apenas a localização dessas ocupações – agora tratando das ocupações realizadas na região central, obtemos praticamente as mesmas proporções. Novamente, as pessoas que possuem imóvel rejeitam mais a prática de ocupação do que aquelas que não possuem imóvel, confirmando a *hipótese 1* da pesquisa, de que *a posse de um imóvel influencia a avaliação que os paulistanos fazem das ocupações*.

Tabela 10 – Índice de aprovação/desaprovação das ocupações no centro por Posse de Imóvel

Avaliação	Imóvel	
	Possui	Não possui
Aprova	35%	65%
Desaprova	64%	35%
Geral	55%	45%

Fonte: Elaborado pela autora

Uma outra relação que analisamos foi entre morar perto de ocupações e a avaliação com relação a elas. Assim, morar perto parece ter alguma influência sobre a aprovação das ocupações: enquanto as demais proporções parecem seguir a proporção geral, tendendo a desaprovar mais, a linha que contém os respondentes que moram perto parece mais dividida entre aprovar e desaprovar as ocupações.

Tabela 11 – Índice de aprovação/desaprovação das ocupações nas periferias por Morar perto de ocupação

Mora perto/longe de ocupação	Avaliação	
	Aprova	Desaprova
Perto	45%	48%
Longe	29%	59%
Geral	32%	57%

Fonte: Elaborado pela autora

Do mesmo modo, essa tendência parece se confirmar quando mudamos a avaliação sobre as ocupações nas periferias para as ocupações do centro, como é possível verificar na tabela abaixo. Desse modo, tal resultado parece confirmar a hipótese 2, de que *morar perto de uma ocupação influencia a avaliação que os paulistanos fazem dos movimentos de moradia e das ocupações*, neste caso, de forma positiva.

Tabela 12 – Índice de aprovação/desaprovação das ocupações no centro por Morar perto de ocupação

Mora perto/longe de ocupação	Avaliação	
	Aprova	Desaprova
Perto	48%	48%
Longe	28%	63%
Geral	32%	60%

Fonte: Elaborado pela autora

Outra variável importante para a avaliação dos paulistanos com relação às ocupações foi a questão do contato com indivíduos que façam parte de alguma ocupação. Como é possível ver na Tabela 13, enquanto há um equilíbrio entre aqueles que já tiveram contato com ocupantes na relação aprovação/desaprovação - tanto nas periferias quanto no centro - a grande maioria (63% e 67%) daqueles que nunca tiveram contato com ocupantes tendem a desaprovar as ocupações.

Tabela 13 – Relação entre contato com ocupantes e índice de aprovação das ocupações

Já teve contato com alguém que faça parte de ocupação?	Avaliação	
	Periferia	
	Aprova	Desaprova
Sim	50%	44%
Não	25%	63%
	Centro	
	Aprova	Desaprova
Sim	50%	47%
Não	24%	67%

Fonte: Elaborado pela autora

Tal achado confirma a *hipótese 3*, que sustenta que *quanto maior o contato com ocupações e seus participantes e representantes, maior o índice de aprovação sobre as ocupações*, embora a diferença maior seja entre aqueles que nunca tiveram contato com moradores e participantes de ocupações.

Uma observação oportuna nesse momento é com relação à inexistência de diferenças do ponto de vista estatístico entre os índices de aprovação/desaprovação das ocupações no centro e nas periferias, quando realizada a tabulação cruzada. Sendo assim, a partir de agora mostraremos apenas os cruzamentos com o índice de aprovação/desaprovação das ocupações no centro.

Assim, a relação entre a avaliação que as pessoas fazem das ocupações no centro e a exposição às mídias impressas dos movimentos de moradia encontra-se disposta na Tabela 14. Como podemos ver, existe uma tendência maior à aprovação das ocupações dentre aqueles que já viram mídias impressas desses movimentos. Tal resultado encontra-se na direção da *hipótese 4 - a exposição às mídias e veículos de comunicação dos movimentos sociais de moradia influencia a avaliação que os paulistanos fazem das ocupações*.

Tabela 14 – Índice de aprovação/desaprovação das ocupações no centro por Exposição às mídias dos movimentos de moradia

Já viu mídias impressas dos movimentos de moradia	Avaliação	
	Aprova	Desaprova
Sim	40%	54%
Não	28%	64%
Geral	32%	60%

Fonte: Elaborado pela autora

Outra questão importante à luz da *hipótese 4* era aquela que avaliava a exposição dos respondentes às mídias digitais dos movimentos. No entanto, não foi possível encontrar resultados significativos com relação a essas mídias, em função do baixo número de respondentes que já tinham acessado tais mídias, apenas 45.

Passamos, então, para a questão das mídias corporativas. Não foi possível verificar grandes diferenças na relação entre mídias corporativas e aprovação/desaprovação das ocupações. Os únicos pontos que ressaltamos nessa

relação são: (i) o fato de que o jornalismo independente somente aparece entre os seis mais citados dentre aqueles que aprovam as ocupações no centro e (ii) o fato de que a televisão representa um percentual bem mais significativo dentre aqueles que desaprovam as ocupações. Ademais, a ordem das três principais fontes de informação é parecida.

Tabela 15 – Índice de aprovação/desaprovação das ocupações no centro por Mídias

Aprova		Desaprova	
Televisão	24%	Televisão	39%
Redes sociais digitais	19%	Jornal ou revista	20%
Jornal ou revista	15%	Redes sociais digitais	14%
Amigos/conhecidos	14%	Outros	11%
Grandes portais da web	8%	Amigos/conhecidos	7%
<i>Jornalismo independente</i>	8%	Grandes portais da web	4%

Fonte: Elaborado pela autora

Finalmente, uma outra variável que se revelou importante para a opinião com relação às ocupações durante o levantamento de dados foi a idade. A partir da Tabela 16, é possível verificar que não há grande variação entre as pessoas que aprovam e desaprovam as ocupações no centro da cidade quando comparadas com a amostra geral por faixas de idade, com exceção da faixa de idade que vai de 19 a 29 anos. Nessa faixa, podemos notar uma diferença significativa entre as pessoas que aprovam e desaprovam, sendo que o percentual de aprovação é quase o dobro do percentual de desaprovação em termos de frequência relativa, além de apresentarem em torno de 10% de dispersão do percentual da amostra geral para essa mesma faixa de idade. Tal resultado nos indica que pessoas mais jovens tendem a ser mais favoráveis às ocupações.

Tabela 16 – Índice de aprovação das ocupações no centro por Idade

Avaliação	Idade					
	16-18	19-29	30-39	40-49	50-59	60 ou mais
Aprova	5%	41%	29%	10%	8%	5%
Desaprova	2%	20%	27%	19%	20%	10%
Geral	3%	29%	28%	15%	15%	8%

Fonte: Elaborado pela autora

6.4 Considerações sobre a análise

Como foi possível observar durante a análise dos resultados, foram confirmadas algumas das hipóteses de pesquisa.

Assim, obtivemos que a posse de imóvel leva os respondentes, de fato, a serem contrários às ocupações, de modo geral. Ainda, embora a partir de uma amostra pequena de indivíduos que moram perto de ocupações (66 casos), encontramos um padrão de relação entre morar perto de ocupação e aprovação sobre as ocupações. Outra hipótese que se confirmou foi a de que o contato com membros de ocupações e movimentos sociais se traduz em aprovação com relação às ocupações. Do mesmo modo, a exposição às mídias e veículos de comunicação dos movimentos de moradia tem uma influência positiva na aprovação das ocupações, ainda que se trate de uma parte da amostra não muito grande (123 casos).

A única hipótese que não se confirmou foi a hipótese de que *conhecer os movimentos de moradia por meio das grandes mídias corporativas influencia negativamente a avaliação que os paulistanos fazem das ocupações*, contrariando a premissa de que as narrativas conservadoras da televisão fossem fundamentais na formação da opinião. Não foi possível identificar uma diferença consistente entre aqueles que aprovam e desaprovam as ocupações em termos de fontes de informação.

Ainda a partir da pesquisa de opinião, obteve-se que a maior parte de nossa amostra conheceu as ocupações por meio dos grandes meios de comunicação (televisão, jornal e revista) e das redes sociais digitais. No entanto, a maioria vê notícias sobre essas ocupações com pouca frequência, tanto nos grandes meios de comunicação quanto nas redes sociais digitais, o que nos leva a pensar que, de modo geral, não possuem muita informação sobre o assunto.

Além disso, a maioria não conhecia nem ao menos um movimento social de moradia. Dentre aqueles que conheciam movimentos de moradia, o que se viu foi uma confusão com movimentos de luta pela terra e reforma agrária, como o MST, um dos movimentos sociais mais conhecidos nacionalmente. Poucos entrevistados souberam citar movimentos de moradia de fato. Presume-se, com isso, que, de modo geral, as

peças não sabem diferenciar a ação dos diferentes movimentos atuantes nesse campo, uma vez que não os conhecem.

Seguindo nessa linha, a maioria nunca viu as principais mídias tradicionais desses movimentos, especificamente os meios impressos, nem tampouco sua comunicação digital. Entende-se, portanto, que a maioria não conhece os movimentos pela comunicação que estes realizam, mas por outras fontes de informação, tais como os grandes meios de comunicação e as redes sociais digitais, já citados anteriormente.

Com relação à opinião desses indivíduos frente às ocupações, obteve-se que a maioria (em torno de 60%) é contrária ao uso dessas formas de ação. Como já observado anteriormente neste capítulo, não há diferença estatística entre a opinião dos respondentes em relação às ocupações do centro para as ocupações da periferia. Assim, embora haja toda uma discussão em torno da ocupação territorial do centro da cidade, isso não afeta a opinião que as pessoas têm, de modo geral, das ocupações.

Apesar de serem, em sua maioria, contrários às ocupações, acreditam que os movimentos de moradia tenham influência na tomada de decisão do poder público com relação às políticas públicas, reconhecendo-os, assim, como atores importantes na questão da moradia, ainda que discordem de sua principal forma de ação.

Com relação aos fenômenos de estigmatização e criminalização dos movimentos sociais, abordados no capítulo 3, percebe-se que não há algo muito claro apontando para esta direção. Foram feitas muitas menções negativas com relação a estes movimentos, como, por exemplo, “baderna”, “vagabundagem”, “vândalos”, “quadrilha”, dentre outros, no entanto, essas menções não foram muito frequentes, o que nos leva a acreditar que não se trata de um fenômeno sistemático.

Por fim, ao longo da pesquisa de campo e da tabulação, identificamos um fator importante para a análise da formação da opinião sobre as ocupações: a idade. Por meio da tabulação cruzada, obteve-se que jovens com idade entre 19 e 29 anos correspondem ao grupo etário que mais aprova as ocupações.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho objetivou verificar os impactos da comunicação desenvolvida pelos movimentos sociais de moradia na formação da opinião pública paulistana sobre a causa da moradia no centro da Cidade de São Paulo. Entendemos que tal comunicação se dá em meio a uma disputa de produção de conteúdo entre diferentes atores da esfera pública.

Assim, conforme vimos nos resultados da pesquisa quantitativa, os paulistanos têm uma opinião contrária àquela que é a principal forma de manifestação dos movimentos sociais de moradia - a ocupação - independentemente do local onde é realizada. O fato do centro de São Paulo ser um território com alta concentração de imóveis abandonados que, de acordo com nossos entrevistados, não cumprem a função social da terra, não parece influenciar a opinião a respeito, mostrando que essa narrativa dos movimentos sociais não tem muita força dentro de nosso universo.

Pelo contrário, a narrativa que parece influenciar a opinião dos paulistanos é a da propriedade privada, haja vista a correlação encontrada na pesquisa de opinião entre a posse de imóvel e a opinião dos paulistanos acerca das ocupações. De modo geral, a posse de imóvel esteve ligada à desaprovação das ocupações enquanto manifestações dos movimentos sociais de moradia. Não surpreende, então, o fato dos jovens serem os mais favoráveis à causa dos movimentos, afinal, não são proprietários. Entendemos, portanto, que tais achados apontam para uma robustez maior das narrativas das mídias corporativas que atuam em favor do mercado em detrimento das narrativas dos movimentos sociais de moradia.

O que pôde ser observado ao longo da pesquisa realizada junto às lideranças dos movimentos de moradia com relação à construção das narrativas foi um profundo desconhecimento do que é a comunicação e de seu papel na disputa política. Não há qualquer tipo de planejamento de comunicação, estando o uso das ferramentas comunicacionais condicionados a necessidades pontuais. Não parece haver também um entendimento de que a ocupação é uma mídia e que precisa ser trabalhada como tal para que traga uma repercussão positiva.

O fato de a maioria de nossos entrevistados conhecer as ocupações por meio das grandes mídias já demonstra que elas ainda são as principais fontes de informação, ainda que hoje tenham que competir com os meios digitais.

Os movimentos sociais, embora consigam se comunicar por meio das mídias radicais, não alcançam um público tão grande. Além disso, sua própria comunicação é voltada para uma escala menor, utilizando-se de meios impressos e da comunicação informal para dialogar e criar vínculos com os habitantes e comerciantes dos entornos das sedes dos movimentos e das ocupações. A busca pela visibilidade em uma escala mais ampla se dá quase que somente por meio das ocupações.

Em função dessas escolhas e limitações dos movimentos, o paulistano, de modo geral, pouco sabe sobre eles. Embora haja uma considerável fragmentação interna no campo dos movimentos de moradia, a maior parte da população não percebe tais diferenças, afinal, quase não conhece movimentos sociais da área. Daí depreende-se que não existe uma interlocução entre os movimentos e o saber de suas demandas por parte da população, uma vez que o acesso que a população tem ao assunto se dá por meio de outras fontes, com narrativas contrárias e mais poderosas que as dos movimentos.

Ainda assim, a maioria acredita na influência dos movimentos sociais na tomada de decisão do poder público, no que concerne às políticas públicas de moradia. Os movimentos sociais, por sua vez, comprovam seu impacto à medida que angariam conquistas na legislação e nas políticas públicas, ainda que se tratem de ações pontuais, que não afetam de fato a disputa pela ocupação territorial.

Assim, entendemos que a estrutura de comunicação rudimentar dos movimentos sociais traz consequências, principalmente, no campo da produção de conteúdo. Embora seja percebida pelas lideranças dos movimentos como uma área de grande importância, as atividades ligadas à comunicação são realizadas de modo informal. Isso se traduz no seu impacto na formação da opinião pública sobre a causa da moradia no centro de São Paulo. Como observou-se ao longo da pesquisa de opinião, a formação da opinião pública não se dá tanto pela comunicação desses movimentos, mas principalmente pelas ocupações, de forma, majoritariamente negativa. A causa da moradia no centro, portanto, é vista pela opinião pública mais pelo viés da “invasão” do que pelo viés da “ocupação”.

Nesse contexto, entendemos que o uso do modelo de comunicação comunitária abordado no capítulo 2, baseado na coordenação de ações, contribuiria para aprimorar essa comunicação rudimentar que prevalece nesses movimentos, diminuindo a rejeição de parte da população por meio de práticas comunicacionais mais adequadas.

Por fim, como sugestão de estudo futuro, apontamos para a elaboração e execução de pesquisa sistemática sobre o tema, seja de natureza qualitativa ou quantitativa, que dê conta das variáveis e padrões de relações entre variáveis encontradas neste trabalho. Entende-se que tal pesquisa seria fundamental para captar as variações na opinião pública sobre esse tema, afinal, trata-se de um conceito de caráter transitório e por isso deve ser analisado constantemente.

REFERÊNCIAS

ABEP. **Guia de publicação de pesquisas eleitorais**. Disponível em: <<http://www.abep.org/codigos-e-guias-da-abep>> Acesso em 25 mai 2017.

ALMEIDA, Alberto Carlos. **Como são feitas as pesquisas eleitorais e de opinião**. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

BARBOSA, Bia. Estigmatização e criminalização dos movimentos sociais: Estado, mídia e opinião pública. In: Secretaria-Geral da Presidência da República (org.). **Democracia, participação e movimentos sociais**. Brasília, 2014, p. 22-38. Disponível em: <http://biblioteca.participa.br/jspui/bitstream/11451/1057/1/publicacao_democracia_d em_ms_final.pdf> Acesso em 12 jul. 2016.

BENDER, Kimberly; TRIPODI, Stephen. Descriptive studies. In: THYER, Bruce (org.). **The handbook of social work research methods**. Los Angeles: SAGE, 2010, p. 120-130.

BLUMER, Herbert. A massa, o público e a opinião pública. In: COHN, Gabriel (org.). **Comunicação e indústria cultural: leituras de análise dos meios de comunicação na sociedade contemporânea e das manifestações de opinião pública, propaganda e cultura de massa nessa sociedade**. São Paulo: Editora Nacional, 1977, p. 177-186.

BOBBIO, Norberto. **Estado, governo e sociedade: para uma teoria geral da política**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

BONDUKI, Nabil. Crise de habitação e luta pela moradia no pós-guerra. In: KOWARICK, Lúcio (org.). **As lutas sociais e a cidade: São Paulo, passado e presente**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994a, p. 113-146.

_____. Origens da habitação social no Brasil. **Revista Análise Social**, Lisboa, vol. XXIX, n. 127, 1994b, p. 711-732.

BOURDIEU, Pierre. **A opinião pública não existe**. Les Temps Modernes, 1973. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3363336/mod_resource/content/1/A_Opinio%C3%A3o_P%C3%BAblica_N%C3%A3o_Existe_%28Pierre_Bourdieu%29.pdf> Acesso em 15 out. 2016.

BRACONI, Júlio César; ZANIRATO, Silvia Helena. Habitação popular no centro de São Paulo: uma análise das tensões entre atores sociais. In: **Congresso Internacional Interdisciplinar em Ciências e Humanidades** – Coninter, 3, 2014, Salvador, BA. Anais (on-line). Salvador: UCSal, 2014. Disponível em: <<http://aninter.com.br/Anais%20CONINTER%203/GT%2004/23.%20BRACONI%20ZANIRATO.pdf>> Acesso em 04 out. 2016.

BRASIL. **Código penal e Constituição Federal de 1988**. 45ª edição. São Paulo: Saraiva, 2007.

BRYMAN, Alan. **Research methods and organization studies**. London: Routledge, 1989.

CADERNOS DE COMUNICAÇÃO PROAL. 1ª edição. São Paulo: Comunicações Proal, 1977.

CAPELATO, Maria Helena. Propaganda política e controle dos meios de comunicação. In: PANDOLFI, Dulce (org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999, p. 167-178.

CHAMPAGNE, Patrick. **Formar a opinião: o novo jogo política**. Petrópolis: Vozes, 1998.

CHAUÍ, Marilena. **Escritos sobre a universidade**. São Paulo: Unesp, 1994.

CHILDS, Harwood L. **Relações públicas, propaganda e opinião pública**. Rio de Janeiro: Usaid, 1964.

COMPARATO, Fábio Konder. Direitos e deveres fundamentais em matéria de propriedade. **Revista CEJ**, v. 1, n. 3, set/dez, 1997. Disponível em: <<http://www.cjf.jus.br/ojs2/index.php/revcej/article/view/123/166>> Acesso em 12 dez. 2016.

DENZIN, Norman; LINCOLN, Yvonna. **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. 2ª edição. Porto Alegre: Artmed, 2006.

DOWNING, John. **Mídia radical: rebeldia nas comunicações e movimentos sociais**. São Paulo: Senac, 2002.

DRAINE, Jeffrey; SOLOMON, Phyllis. An overview of quantitative research methods. In: THYER, Bruce (org.). **The handbook of social work research methods**. Los Angeles: SAGE, 2010, p. 26-36.

DUARTE, Jorge. Entrevista em profundidade. In: _____ (org.); BARROS, Antonio (org.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2005, p. 62-83.

_____. Sobre a emergência do(s) conceito(s) de comunicação pública. In: KUNSCH, Margarida M. Krohling. (org.). **Comunicação pública, sociedade e cidadania**. São Caetano do Sul: Difusão Editora, 2011, p. 121-134.

FARIAS, Luiz Alberto B. de. **Comunicação organizacional e relações públicas: estudo dialógico entre Brasil e México**. São Paulo: USP, 2006. 365 p. Tese de Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina, Universidade de São Paulo.

FIGUEIREDO, Rubens; CERVellini, Sílvia. Contribuições para o conceito de opinião pública. **Opinião Pública**, Campinas, v. 3, n. 3, 1995, p. 171-185. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/op/article/view/8641001>> Acesso em: 20 mar. 2017.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17ª edição, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e lutas pela moradia**. São Paulo: Edições Loyola, 1991.

GROVES, Robert et al. **Survey methodology**, 2ª edição, Hoboken: Wiley, 2009.

GURZA LAVALLE, Adrián; CASTELLO, Graziela; BICHR, Renata. Movimentos sociais e articuladoras no associativismo do século XXI. In: KOWARICK, Lucio (org.); MARQUES, Eduardo (org.). **São Paulo: novos percursos e atores** (sociedade, cultura e política). São Paulo: Ed. 34. Centro de Estudos da Metrópole, 2011, p. 253-275.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural na esfera pública**: investigação quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HASWANI, Mariângela F. **A comunicação estatal como garantia de direitos: foco no Brasil, na Colômbia e na Venezuela**. São Paulo: USP, 2010. 220 p. Tese de Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina, Universidade de São Paulo.

HENRIQUES, Márcio Simeone. Ativismo, movimentos sociais e relações públicas. In.: KUNSCH, Margarida M. Krohling (org.); KUNSCH, Waldemar Luiz (org.). **Relações públicas comunitárias**: a comunicação em uma perspectiva dialógica e transformadora, São Paulo: Summus, 2007, p. 92-104.

_____. **Comunicação e estratégias de mobilização social**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

HENRIQUES, Márcio Simeone et al. Relações públicas em projetos de mobilização social: funções em características. In: _____ (org.). **Comunicação e estratégias de mobilização social**, Belo Horizonte: Autêntica, 2013, p.17-32.

HENRIQUES, Márcio Simeone; BRAGA, Clara Soares; MAFRA, Rennan Lanna Martins. O planejamento da comunicação para a mobilização social: em busca da corresponsabilidade. In: HENRIQUES, Márcio Simeone (org.). **Comunicação e estratégias de mobilização social**, Belo Horizonte: Autêntica, 2013, p.33-58.

HUTSON, Royce; KOLBE, Athena. Survey studies. In: THYER, Bruce (org.). **The handbook of social work research methods**. Los Angeles: SAGE, 2010, p. 131-148.

KOÇOUSKI, Marina. Comunicação pública: construindo um conceito. In: MATOS, Heloiza (org.). **Comunicação pública: interlocuções, interlocutores e perspectivas**. São Paulo: ECA-USP, 2013, p. 41-57.

KOVACH, Bill; ROSENSTIEL, Tom. **Os elementos do jornalismo**: o que os jornalistas devem saber e o público exigir. São Paulo: Geração Editorial, 2003.

KOWARICK, Lucio; BONDUKI, Nabil. Espaço urbano e espaço político: do populismo à redemocratização. In: KOWARICK, Lúcio (org.). **As lutas sociais e a cidade**: São Paulo, passado e presente. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994, p. 147-179.

KUNSCH, Margarida M. Krohling. Comunicação pública: direitos de cidadania, fundamentos e práticas. In: MATOS, Heloiza (org.). **Comunicação pública: interlocuções, interlocutores e perspectivas**, São Paulo: ECA-USP, 2013, p. 3-13.

_____. **Planejamento de relações públicas na comunicação integrada**. São Paulo: Summus, 1986.

_____. Planejamento estratégico da comunicação. In: _____. **Gestão estratégica em Comunicação Organizacional e Relações Públicas**. 2ª edição. São Caetano do Sul: Difusão Editora, 2009, p. 107-123.

KUNSCH, Waldemar Luiz. Resgate histórico das relações públicas comunitárias no Brasil. In: KUNSCH, Margarida M. Krohling (org.); _____. (org.). **Relações públicas comunitárias: a comunicação em uma perspectiva dialógica e transformadora** - São Paulo: Summus, 2007, p. 107-123.

LIPPMANN, Walter. **Public Opinion**. Bookjungle, 2008.

LOPES, Valéria de Siqueira Castro; PENAFIERI, Vânia. Opinião e pesquisa: instrumentos de orientação e de avaliação. In: FARIAS, Luiz Alberto de (org.). **Relações públicas estratégicas: técnicas, conceitos e instrumentos** – São Paulo: Summus, 2011, p. 285-309.

LÓPEZ, Juan C. Jaramillo. **Experiencia de la Comunicación Pública**, The communication initiative network, Canadá, ago. 2003. Seção América Latina. Disponível em: <<http://www.comminit.com/democracy-governance/node/150447>> Acesso em: 22 mar. 2015.

MACHADO, Tariana Brocardo. **Comunicação de risco na perspectiva da área nuclear no Brasil**. São Paulo: USP, 2016. 115 p. Dissertação de Mestrado – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo.

MARICATO, Ermínia. **Para entender a crise urbana**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MATOS, Heloiza. Comunicação pública, esfera pública e capital social. In: DUARTE, Jorge (org.). **Comunicação pública: Estado, mercado, sociedade e interesse público**, São Paulo: Atlas, 2007, p. 47-58.

_____. O processo discursivo de formação da opinião pública. In: SOUSA, Mauro Wilton de (org.); CORREA, Elizabeth Saad (org.). **Mutações no espaço público contemporâneo**. São Paulo: Paulus, 2014, p. 137-162.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de direito administrativo**. 13ª edição. São Paulo: Malheiros, 2001.

NASSAR, Paulo. Conceitos e processos de comunicação organizacional. In: KUNSCH, Margarida M. Krohling (org.). **Gestão estratégica em Comunicação Organizacional e Relações Públicas**. 2ª edição, São Caetano do Sul: Difusão Editora, 2009, p. 61-75.

NOVELLI, Ana Lucia Romero. O papel institucional da comunicação pública para o sucesso da governança. **Revista Organicom**, São Paulo: Gestcorp ECA-USP, ano 3, n. 4, 1º semestre, 2006, p. 74-89.

_____. Pesquisa de Opinião. In: DUARTE, Jorge (org.); BARROS, Antonio (org.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2005, p. 164-179.

OLIVEIRA, Maria José da Costa. Comunicação pública e os setores não-estatais. In: _____. **Comunicação pública**, Campinas: Editora Alínea, 2004, p. 187-201.

PERUZZO, Cicilia M. Krohling. Fundamentos e tendências da comunicação organizacional e das relações públicas no terceiro setor. In: **Congresso Brasileiro Científico de Comunicação Organizacional e de Relações Públicas** - Abrapcorp, 3, 2009a, São Paulo, SP. Anais (on-line). São Paulo: Abrapcorp, 2009. Disponível em: <<http://www.abrapcorp.org.br/anais2009>> Acesso em 05 nov. 2016.

_____. Relações públicas nos movimentos sociais e nas “comunidades”: princípios, estratégias e atividades. In: KUNSCH, Margarida M. Krohling (org.). **Relações públicas: história, teoria e estratégias nas organizações contemporâneas**. São Paulo: Saraiva, 2009b, p. 417-434.

_____. Revisitando os conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária. In: **XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação** – Intercom, 2006, Brasília, DF. Anais (on-line). São Paulo: Intercom, 2006. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2006/resumos/R0094-1.pdf>> Acesso em 06 nov. 2016.

RAMOS, Marília Patta. Métodos quantitativos e pesquisa em ciências sociais: lógica e utilidade do uso da quantificação nas explicações dos fenômenos sociais. **Mediações**, v. 18, n. 1, jan./jun. 2013, p. 55-65. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/132102/000901271.pdf?sequence=1>> Acesso em 03 fev. 2017.

RODRIGUES, Arlete Moysés. **Moradia nas cidades brasileiras**. São Paulo: Contexto, 1994

ROLANDO, Stefano. A dinâmica evolutiva da comunicação pública. In: KUNSCH, Margarida M. Krohling (org.). **Comunicação pública, sociedade e cidadania**. São Caetano do Sul: Difusão Editora, 2011, p. 23-37.

ROLNIK, Raquel. Democracia no fio da navalha: limites e possibilidades para a implementação de uma agenda de reforma urbana no Brasil. **Revista Brasileira Estudos Urbanos e Regionais**, v. 11, n. 2, nov. 2009, p. 31-50.

_____. **Guerra dos lugares**: a colonização da terra e da moradia na era das finanças. São Paulo: Boitempo, 2015.

_____. São Paulo, início da industrialização: o espaço e a política. In: KOWARICK, Lúcio (org.). **As lutas sociais e a cidade**: São Paulo, passado e presente. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994, p. 95-112.

SCHERER-WARREN, Ilse. Redes de movimentos sociais na América Latina: caminhos para uma política emancipatória? **Cad. CRH**, Salvador, v. 21, n. 54, p. 505-517, Dec. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792008000300007&lng=en&nrm=iso> Acesso em 28 jan. 2017.

STOCKS, J. Timothy. Statistics for social workers. In: THYER, Bruce (org.). **The handbook of social work research methods** – Los Angeles: SAGE, 2010, p. 75-118.

TARDE, Gabriel (1901). **A opinião e as massas**. 2ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

TATAGIBA, Luciana. Relação entre movimentos sociais e instituições políticas na cidade de São Paulo: o caso do movimento de moradia. In: KOWARICK, Lúcio (org.); MARQUES, Eduardo (org.). **São Paulo**: novos percursos e atores (sociedade, cultura e política). São Paulo: Ed. 34. Centro de Estudos da Metrópole, 2011, p. 233-252.

TORO, José Bernardo; WERNECK, Nisia Maria Duarte. **Mobilização social**: um modo de construir a democracia e a participação. Brasília: UNICEF, 1996. Disponível em: <<http://www.jornalescolar.org.br/wp-content/uploads/2012/09/mobilizacao-social-bernardo-toro-e-nisia-maria-duarte-verneck.pdf>> Acesso em: 16 out. 2016.

WACQUANT, Loic. Territorial stigmatization in the age of advanced marginality. **Thesis Eleven**, vol. 91, Nov. 2007, p. 66-77. Disponível em: <http://metrostudies.berkeley.edu/pubs/reports/Wacquant_TERRITORIALSTIGMATIZATION.pdf> Acesso em: 01 set. 2016.

WAINER, Samuel. **Minha razão de viver**. São Paulo: Editora Planeta, 2010.

ZÉMOR, Pierre. As formas da comunicação pública. In: DUARTE, Jorge (org.). **Comunicação pública: estado, mercado, sociedade e interesse público** - 2ª edição, São Paulo: Atlas, 2009, p. 214-245.

_____. **La communication publique.** 3ª edição, Paris: PUF, 2005.

ANEXOS

ANEXO A – Lista de regiões, prefeituras regionais e distritos

Regiões	Prefeituras Regionais	Distritos¹²
Centro	Sé	Bela Vista Bom Retiro Cambuci Consolação Liberdade República Santa Cecília Sé
Leste	Aricanduva	Aricanduva
	Formosa	Carrão
	Carrão	Formosa
	Cidade Tiradentes	Cidade Tiradentes
	Ermelino Matarazzo	Ermelino Matarazzo
		Ponte Rasa
	Guaianases	Guaianases Lajeado
	Itaim Paulista	Itaim Paulista Vila Curuçá
	Itaquera	Cidade Líder Itaquera José Bonifácio Parque do Carmo
	Mooca	Água Rasa Belém Brás Mooca Pari Tatuapé
	Penha	Artur Alvim Cangaíba Penha Vila Matilde
	São Mateus	Iguatemi São Mateus São Rafael
	São Miguel	Jardim Helena São Miguel Vila Jacuí
	Sapopemba	Sapopemba
	Vila Prudente	São Lucas Vila Prudente
Norte	Casa Verde	Cachoeirinha
	Cachoeirinha	Casa Verde Limão
	Freguesia Brasilândia	Brasilândia Freguesia do Ó
	Jaçanã	Jaçanã
	Tremembé	Tremembé
	Perus	Anhanguera Perus
	Pirituba	Jaraguá Pirituba

¹² Disponível em:<http://infocidade.prefeitura.sp.gov.br/htmls/3_regioes_prefeituras_regionais_e_distrito_2017_10895.html>

Acesso em 06 fev. 2017.

		São Domingos
	Santana Tucuruvi	Mandaqui Santana Tucuruvi
	Vila Maria Vila Guilherme	Vila Guilherme Vila Maria Vila Medeiros
Oeste	Butantã	Butantã Morumbi Raposo Tavares Rio Pequeno Vila Sônia
	Lapa	Barra Funda Jaguara Jaguare Lapa Perdizes Vila Leopoldina
	Pinheiros	Alto de Pinheiros Itaim Bibi Jardim Paulista Pinheiros
Sul	Campo Limpo	Campo Limpo Capão Redondo Vila Andrade
	Capela do Socorro	Cidade Dutra Grajaú Socorro
	Cidade Ademar	Cidade Ademar Pedreira
	Ipiranga	Cursino Ipiranga Sacomã
	Jabaquara	Jabaquara
	M'Boi Mirim	Jardim Ângela Jardim São Luís
	Parelheiros	Marsilac Parelheiros
	Santo Amaro	Campo Belo Campo Grande Santo Amaro
	Vila Mariana	Moema Saúde Vila Mariana

ANEXO B – Modelo de questionário para a *survey***1. PERFIL DO RESPONDENTE**

- 1) Gênero:
- ☐ Feminino
 - ☐ Masculino
- 2) Idade.
- 3) Grau de Escolaridade:
- ☐ Fundamental Incompleto
 - ☐ Fundamental Completo
 - ☐ Médio Incompleto
 - ☐ Médio Completo
 - ☐ Superior Incompleto
 - ☐ Superior Completo
 - ☐ Pós-graduação Incompleto
 - ☐ Pós-graduação Completo
- 4) Profissão.
- 5) Bairro onde mora.
- 6) Tem imóvel?
- ☐ Sim
 - ☐ Não
 - ☐ Não respondeu
- 7) Mora perto de ocupação?
- ☐ Sim
 - ☐ Não
 - ☐ Não sabe/Não respondeu

2. FORMULÁRIO DE PESQUISAQuestões filtro

QF1. Já ouviu falar de ocupações de prédios públicos e privados por movimentos sociais no centro de São Paulo?

QF2. Mora na Cidade de São Paulo?

QF3. Faz parte de algum movimento social de moradia ou ocupação?

Questionário principal

P1. Como você conheceu essas ocupações?

- ☐ Jornal ou revista
- ☐ Grandes portais da web
- ☐ Televisão
- ☐ Blog
- ☐ Jornalismo Independente
- ☐ Redes sociais digitais
- ☐ Amigos/conhecidos
- ☐ Palestra/congresso
- ☐ Outro (especificar): _____
- ☐ Não sabe/Não respondeu

P2. Com que frequência você vê notícias sobre ocupações nos grandes meios de comunicação?

- ☐ Sempre
- ☐ Com bastante frequência
- ☐ Às vezes
- ☐ Com pouca frequência
- ☐ Nunca
- ☐ Não sabe/Não respondeu

P3. Com que frequência você vê notícias sobre ocupações nas redes sociais digitais?

- ☐ Sempre
- ☐ Com bastante frequência
- ☐ Às vezes
- ☐ Com pouca frequência
- ☐ Nunca
- ☐ Não sabe/Não respondeu

P4. Conhece algum movimento social de moradia?

- ☐ Sim (citar nomes ou siglas: _____)
- ☐ Não
- ☐ Não sabe/Não respondeu

P5. Já viu algum jornal, panfleto, boletim ou cartaz desses movimentos?

- ☐ Sim (citar mídia: _____)
- ☐ Não
- ☐ Não sabe/Não respondeu

P6. Já acessou blogs, *sítes* ou redes sociais digitais desses movimentos?

- ☐ Sim (citar mídia: _____)
- ☐ Não
- ☐ Não sabe/Não respondeu

P7. Já teve contato com alguém que faça parte de uma ocupação?

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Não sabe/Não respondeu

P8. Já presenciou alguma ocupação de prédio?

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Não sabe/Não respondeu

P9. Numa escala de 0 a 10, acredita que os movimentos sociais de moradia influenciam na tomada de decisão do poder público? Na escala, “0” significa que os movimentos não tem qualquer influência e “10” significa que os movimentos tem muita influência.

0 – 1 – 2 – 3 – 4 – 5 – 6 – 7 – 8 – 9 – 10

☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐

P10. O(a) sr(a) aprova ou desaprova as ocupações nas periferias da cidade?

- () Aprova
- () Desaprova
- () Não sabe/Não respondeu

P11. O(a) sr(a) aprova ou desaprova as ocupações no centro da cidade?

- () Aprova
- () Desaprova
- () Não sabe/Não respondeu

P12. Diga uma palavra que para você representa os movimentos sociais de moradia.